



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARIA ROSALINA VIANA BANDEIRA

**AS INCIDÊNCIAS DAS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA VIDA DA
POPULAÇÃO RURAL: UM ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL**

ACARAPE/CE

2025

MARIA ROSALINA VIANA BANDEIRA

**AS INCIDÊNCIAS DAS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA VIDA DA
POPULAÇÃO RURAL: UM ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus dos Auroras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rebeca Ramany Santos Nascimento.

ACARAPE/CE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Bandeira, Maria Rosalina Viana.

B166i

As incidências das manifestações da questão social na vida da população rural: um estudo a partir da produção de conhecimento no serviço social / Maria Rosalina Viana Bandeira. - Redenção, 2025. 75f: il.

Monografia - Curso de Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Rebeca Ramany Santos Nascimento.

1. População rural. 2. Assistência social rural. 3. Serviço social - Pesquisa. 4. Capitalismo. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 307.720981

MARIA ROSALINA VIANA BANDEIRA

**AS INCIDÊNCIAS DAS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA VIDA DA
POPULAÇÃO RURAL: UM ESTUDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Serviço Social, da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, como parte dos requisitos para
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Aprovado em: 25 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rebeca Ramany Santos Nascimento (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Prof. Dr. Henrique da Costa Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Prof.^a Dr.^a Nathalia Diorgenes Ferreira Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força e discernimento para suportar os momentos difíceis e seguir perseverante na conclusão deste trabalho.

À minha avó Angélica, a quem desde criança conheci como Maiota, por ter sido ao mesmo tempo avó e mãe. Uma mulher negra, agricultora, que dedicou a vida a cuidar da família de filhos, netos e até bisnetos, abdicando de si em prol daqueles que amava. Devo à senhora tudo o que sou e tudo o que ainda venha a ser. Obrigada por ter sido meu maior exemplo de força e amor, que levarei comigo aonde eu for.

À minha mãe, cuja presença constante e amor incondicional constituíram o alicerce de toda a minha vida. Mesmo diante de grandes desafios pessoais, a senhora jamais permitiu que isso fosse um obstáculo para nossa criação.

Ao meu pai, Amauri, que semeou em mim a vontade de estudar. Sua crença no meu potencial e sua insistência em mostrar que o estudo é a chave para um futuro independente fizeram com que eu compreendesse que posso ser dona do meu próprio destino. A vontade de aprender que hoje me move é um legado direto da forma como me criou.

Aos meus irmãos, por toda motivação que me deram ao longo da vida, em especial ao meu irmão Pedro Vitor, que me ajudou da forma que podia para que eu chegasse até aqui.

Às minhas vizinhas Maria, Valderina e Irene, que, conhecendo a minha realidade, buscaram me apoiar para que eu pudesse me manter na universidade. O incentivo, o cuidado e o apoio demonstrados foram mais uma motivação para continuar me esforçando.

Ao meu melhor amigo, Guilherme, que compartilhou comigo todas as dificuldades de ingressar no ensino superior em uma cidade distante da família. Dividir essa trajetória com você fez com que tudo se tornasse mais seguro para mim.

À minha amiga Vanessa, que trilhou esse caminho comigo e fez tudo ficar mais leve. Nenhuma palavra é capaz de descrever o quanto sou grata por todo o suporte que você me deu durante o curso e pelos momentos incríveis que vivemos. Sua amizade foi uma das minhas maiores conquistas.

À minha amiga Gleiviane, que me privilegiou com sua amizade e encheu a vida acadêmica de alegrias. Sua presença tornou tudo mais emocionante; cada momento, conversa, sorriso e cada reação sua às histórias que eu contava me faziam sentir a pessoa mais interessante do mundo.

À minha amiga Erica, por sempre me apoiar, ouvir e motivar. Sempre senti você comigo, mesmo estando longe.

Às minhas amigas Angela, Izaiane e Graziely, que me deram apoio emocional em todos os momentos que precisei, demonstrando profunda compreensão dos meus desafios e cuidando de mim. O cuidado de vocês foi uma das demonstrações mais sinceras de afeto que recebi.

Às minhas amigas Nádia e Sara, que contribuíram de todas as formas possíveis para me manter firme diante das dificuldades. Vocês trouxeram muitas alegrias em dias difíceis.

Ao Renato, que esteve comigo desde o início, me apoiando integralmente. Você esteve presente em todos os momentos, mesmo estando a quilômetros de distância. Reconheço o quanto suas contribuições tornaram meu percurso acadêmico mais estável.

À professora Nathalia, por toda a transmissão de conhecimento. Cada aula sua foi única e essencial para a profissional que estou me tornando. Você é um exemplo que levarei para a vida.

Ao professor Henrique, cujo apoio para a conclusão do curso foi inestimável. Suas contribuições foram essenciais para que eu pudesse continuar minha trajetória acadêmica.

À minha orientadora Rebeca, por aceitar me orientar e por todas as contribuições que foram o alicerce deste trabalho.

Finalizo os agradecimentos destacando a importância vital do Curso de Serviço Social. O conhecimento aqui compartilhado não apenas deu forma a este TCC, mas também moldou a profissional que me tornarei.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, com o título “As incidências das manifestações da questão social na vida da população rural: um estudo a partir da produção de conhecimento no serviço social” objetiva mapear as principais expressões da Questão Social que incidem na vida da população rural, a partir da análise dos trabalhos apresentados no CBAS e no ENPESS, dentro de um recorte temporal das três últimas edições de cada evento. Para a realização deste trabalho, foi empreendida uma seleção de trabalhos publicados nos anais das edições XV, XVI e XVII do CBAS e nas edições XVI, XVII e XVIII do ENPESS, utilizando-se os descritores “rural” e “agricultor” para seleção dos trabalhos. Os resultados apontam que a pauperização da população rural se dá, principalmente, a partir do processo de concentração fundiária, que restringe até os dias atuais o acesso às terras, além do avanço do capitalismo no campo que causa inúmeras mazelas à população do campo, expondo-as à inúmeras refrações da questão social. Outro ponto chave é o processo de modernização que ocorreu no campo com o apoio do capital estrangeiro e do Estado. A atuação desses dois agentes se fez de forma a beneficiar e dar privilégios aos grandes latifundiários. As demandas dos trabalhadores rurais por muito tempo foram silenciadas e/ou invisibilizadas e, apesar das políticas públicas criadas/destinadas para a agricultura familiar na contemporaneidade, ainda há muito o que se avançar para a efetivação de direitos e condições dignas de vida e trabalho.

Palavras-chave: Questão Social; População Rural; CBAS; ENPESS; Capitalismo.

ABSTRACT

This Final Course Project, entitled: “Incidences of the manifestations of the Social Question in the life of the rural population: a study based on papers presented at the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) and the National Meeting of Researchers in Social Work (ENPESS)”, aims to map the main expressions of the Social Question that affect the lives of the rural population, based on the analysis of papers presented at CBAS and ENPESS within a time frame of the last three editions of each event. To carry out this work, a selection of papers published in the proceedings of the XV, XVI and XVII editions of CBAS and the XVI, XVII and XVIII editions of ENPESS was made, using the descriptors “rural” and “farmer” for selection. This refinement of the search resulted in the selection of a total of twenty-three papers. The results indicate that the impoverishment of the rural population occurs mainly as a result of the process of land concentration, which restricts access to land to this day, in addition to the advance of capitalism in the countryside, which causes numerous ills to the rural population, exposing them to numerous refractions of the social question. Another key point is the modernization process that occurred in the countryside with the support of foreign capital and the State; the actions of these two agents benefited and privileged large landowners. The demands of rural workers have long been silenced and/or made invisible, and despite the public policies created/intended for family farming in contemporary times, there is still much to be done to ensure rights and dignified living and working conditions.

Keywords: Social Issues; Rural Population; CBAS; ENPESS; Capitalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CRAS	Centro de Referência a Assistência Social
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	QUESTÃO SOCIAL NO RURAL BRASILEIRO	13
2.1	CONCEITUANDO QUESTÃO SOCIAL	13
2.2	QUESTÃO SOCIAL NO MEIO RURAL	16
2.3	A QUESTÃO AGRÁRIA ENQUANTO PARTICULARIDADE DA QUESTÃO SOCIAL.....	19
2.4	SERVIÇO SOCIAL E O RURAL BRASILEIRO	27
3	INCIDÊNCIAS DA QUESTÃO SOCIAL NA VIDA DA POPULAÇÃO RURAL: O QUE OS ANAIS DO CBAS E ENPESS NOS TRAZEM A RESPEITO DESSA TEMÁTICA	34
3.1	CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA: POSSE E USO DA TERRA E SUAS REFRAÇÕES NA QUESTÃO SOCIAL	38
3.2	CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DO TRABALHADOR DO CAMPO.....	44
3.3	MULHERES CAMPONESAS: DESIGUALDADES, INVISIBILIDADE E SUBALTERNIZAÇÃO NO MEIO RURAL	50
3.4	AGRONEGÓCIO: MODELO DE PRODUÇÃO E O APROFUNDAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL	53
3.5	O ACESSO DA POPULAÇÃO RURAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	57
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS	66
	APÊNDICE A - Levantamento dos trabalhos selecionados nos anais do CBAS e ENPESS	70

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, com a temática “As incidências das manifestações da questão social na vida da população rural: um estudo a partir da produção de conhecimento no serviço social” se debruça sobre estudos que dão visibilidade às expressões da Questão Social vivenciadas pela população rural.

A pesquisa foi realizada a partir de trabalhos na modalidade de comunicação oral publicados nos anais do CBAS (2016, 2019 e 2022) e ENPESS (2018, 2022 e 2024). Essa escolha se deu considerando a relevância desses eventos acadêmicos para as produções científicas na área do Serviço Social.

Logo, o presente trabalho busca mapear as principais expressões da Questão Social que incidem na vida da população rural, a partir da análise dos trabalhos apresentados no CBAS e no ENPESS. Dessa forma, buscou-se fazer um levantamento das discussões realizadas nos anais para identificar como os textos apresentam as manifestações da Questão Social na população do campo e como elas se estruturaram historicamente no meio rural.

A escolha pelo tema foi motivada inicialmente por conta da minha trajetória enquanto moradora de uma cidade de pequeno porte, na região Nordeste, no estado do Ceará, onde vivenciei e ainda vivencio inúmeros desafios postos pelas expressões da Questão Social para a população do campo.

Nesse contexto, enfrentamos cotidianamente situações de violação de direitos básicos, como a falta de acesso aos serviços especializados em saúde, exigindo deslocamentos para grandes centros urbanos, além da grande presença de trabalhos informais, entre outras desigualdades relacionadas a vários fatores, mas que se perpetuam com o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Ingressar no curso de Serviço Social enquanto acadêmica foi fundamental para entender as raízes do empobrecimento materializado no contexto rural, pois, a partir de uma visão crítica de como o sistema capitalista produz a pobreza na classe trabalhadora, tornou-se possível a leitura dessa realidade sob uma perspectiva crítico-social, principalmente a partir do método do materialismo histórico-dialético, o qual dá elementos para entender a forma como a pobreza foi historicamente desencadeada pelo capitalismo.

Ao longo do meu percurso formativo, a inserção no campo de estágio também foi um marcador para meu interesse sobre essa temática. O meu estágio curricular foi realizado no Centro de Referência a Assistência Social (CRAS), que, de acordo com as orientações técnicas,

é responsável pela organização e oferta dos serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e distritos. A minha vivência nesse campo fez com que essa temática fosse particularmente chamando cada vez mais a minha atenção, sobretudo quando, de forma majoritária, os usuários desse equipamento eram trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Durante o estágio, identifiquei de forma acentuada a problemática relacionada à dificuldade de moradores das zonas rurais de acessarem os benefícios e serviços disponibilizados pelo CRAS, especialmente devido à dificuldade de deslocamento até o equipamento ou pela falta de democratização das informações, as quais muitas vezes não chegavam até a população rural.

Sendo assim, o meu projeto de intervenção buscou socializar informações junto aos usuários da zona rural, mais especificamente os moradores das zonas serranas do município de Redenção, no Estado do Ceará.

A escolha pelo público-alvo se deu pela dificuldade que esses usuários têm para conseguir acessar os aparelhos socioassistenciais e os benefícios e serviços ofertados pelo CRAS. Assim, a intervenção se debruçou em três etapas: 1) executora: parcerias e oficinas de articulação com lideranças comunitárias; 2) realização de encontros e oficinas educativas para famílias rurais, com entrega de cartilhas informativas; 3) canal de comunicação através da criação de uma comunidade no WhatsApp, com apoio das lideranças locais, para divulgação de informações sobre benefícios, eventos e programas do CRAS.

Logo, os desafios vivenciados pela população do campo já vinham me trazendo inquietações há algum tempo. Porém, foi a partir da elaboração e aplicação do meu projeto de intervenção que escolhi trabalhar com esta temática. Dessa forma, a escolha pelo tema se dá pelo interesse de lançar luz sobre essa questão de forma a problematizar o porquê as produções ainda são muito incipientes e escassas dentro do campo de Pesquisa do Serviço Social.

Portanto, enquanto futura assistente social, construiu-se o interesse de tornar as expressões da Questão Social que incidem na vida da população rural o meu objeto de pesquisa. Pois, de acordo com Guerra (2009, p. 4) cabe ao assistente social “captar como as diversas expressões da questão social se particularizam em cada espaço sócio-ocupacional e chegam como demandas que dependem de sua intervenção profissional”.

Assim, como afirma Minayo (2009), a necessidade de pesquisar um determinado objeto no contexto acadêmico se justifica na busca pela caracterização do nível de conhecimento e da produção acumulada sobre a temática, indicando suas lacunas, permitindo

ampliar o conhecimento disponível e promovendo um avanço metodológico importante para a sociedade. Havendo, assim, a promoção de um diálogo contínuo entre teoria e realidade vivenciada pelo público-alvo da pesquisa, gera-se um conhecimento potencialmente aplicável, tornando possível a construção de pontes entre o conhecimento teórico e as necessidades reais da população rural.

Consequentemente, para entender a realidade da população rural é fundamental entender a forma como esses indivíduos estão inseridos no contexto capitalista. Isso significa dizer que é preciso identificar como o sistema capitalista incide nas condições de vida e trabalho dessa população do campo, reconhecendo toda a historicidade por detrás da construção sócio-histórica que se perpetua até a atualidade. O ato de conhecer para intervir é parte constituinte da profissão do(a) assistente social, que, a partir disso, tem a possibilidade de criar estratégias para intervir nas expressões da questão social que incidem na vida da população do campo.

Dessa forma, este trabalho foi construído em dois capítulos. O primeiro apresenta o debate teórico, e o segundo se concentra na análise dos trabalhos selecionados nos anais do CBAS e ENPESS.

O primeiro capítulo, intitulado *Questão Social e Questão Social no rural brasileiro*, foi dividido em quatro subtópicos: 1) *Desenvolvimento capitalista e Questão Social*, que explica o sistema capitalista e como ele se desenvolveu, resultando nas expressões da Questão Social; 2) *Questão Social no meio rural*, que apresenta como se configura a Questão Social no campo, modificada com novas expressões a partir do processo de modernização agrícola; 3) *A questão agrária enquanto particularidade da Questão Social*, que discute as questões agrárias como resultado do embate capital-trabalho no campo; e 4) *Serviço Social e o rural brasileiro*, que apresenta a questão agrária como particularidade da Questão Social, apontando a aproximação do Serviço Social com o debate sobre o mundo rural.

No segundo capítulo, apresentam-se as expressões da Questão Social discutidas nos trabalhos do CBAS e ENPESS, organizadas em cinco eixos teóricos. O primeiro eixo, *Concentração fundiária: posse e uso da terra e suas refrações na Questão Social*, discute como a questão fundiária constitui a base do empobrecimento da população pela restrição do acesso à terra. O segundo eixo, *Condições de vida e trabalho do trabalhador do campo*, discute como se manifestam as formas de precarização da vida e do trabalho do trabalhador rural. O terceiro eixo, *Mulheres camponesas: desigualdades, invisibilidade e subalternização*, discute as desigualdades vivenciadas pelas mulheres do campo, que as colocam em posição de subalternidade. O quarto eixo, *Agronegócio: modelo de produção e o aprofundamento das*

expressões da Questão Social, discute o agronegócio como resultado do processo de modernização agrícola e como modelo de produção que expressa fortemente a presença do capitalismo no meio rural. O quinto eixo, *O acesso da população rural às políticas públicas*, discute como as políticas públicas se materializam no campo.

2 QUESTÃO SOCIAL NO RURAL BRASILEIRO

Este capítulo discute como o sistema capitalista se desenvolve de forma a subalternizar um grande contingente de pessoas, dando ênfase à classe trabalhadora, ao passo que privilegia uma classe composta por um grupo menor de pessoas, que é a burguesia, ou no contexto desse estudo os “donos da terra” detentores do agronegócio.

Nesse sentido, será abordado o processo de apropriação dos meios de produção e da força de trabalho da classe trabalhadora, em especial do trabalhador do campo, de forma a deixá-los subordinados aos interesses do sistema capitalista e expostos às inúmeras manifestações da Questão Social. O capítulo busca evidenciar as expressões da Questão Social que emergem no meio rural com a dominação capitalista, que se aprofundou ainda mais com o processo de modernização no meio da produção agrícola.

2.1 CONCEITUANDO QUESTÃO SOCIAL

O capitalismo é um modo de produção econômico organizado em torno da propriedade privada, que influencia todas as relações sociais e tem como peças centrais os meios de produção, que estão sob domínio da burguesia, e a força de trabalho, vendida pelo proletariado.

Dessa forma, para a ascensão desse modelo de produção é necessário que ocorra, de acordo Santos (2013, p. 25), “uma completa separação entre os trabalhadores e os seus meios de produção, bem como a apropriação desses meios de trabalho pela classe burguesa”. Essa separação deixa a classe trabalhadora sob a mira do controle da burguesia que se tornou hegemônica nas relações sociais. Diante disso, o trabalhador é explorado em várias dimensões, pois, para a burguesia manter sua supremacia, necessita-se, dentre outros elementos, de apropriação da mais-valia, que, consoante Netto (2006), é a diferença entre o valor que o trabalhador produz e o valor que ele recebe, isto é, o trabalhador produz um excedente ao que é pago a ele como salário, e esse valor é usurpado pelo burguês.

Dessa forma, o trabalhador torna-se empobrecido à medida em que gera mais riqueza, sendo utilizado pelo sistema capitalista como uma mercadoria. Um elemento que nos parece central quanto a essa modalidade de pagamento baseia-se no fato de que sua utilização retira do trabalhador a possibilidade de acesso ao total de sua produção diária.

O sistema capitalista vai produzir muitas desigualdades que irão afetar a vida da classe trabalhadora em várias dimensões. Essas desigualdades emergem a partir das relações de embate entre capital e trabalho, que têm como resultado a precarização das condições de vida e de trabalho. Essa dinâmica ficou definida como Questão Social, que se expressa nas desigualdades engendradas pelas relações sociais capitalistas de produção, as quais, de acordo com Yamamoto (2010, p. 25), assumem diferentes formas: “pobreza, desemprego, fome, violência, discriminação, entre outras, que impactam diretamente a vida dos trabalhadores”.

Ainda de acordo com a autora Yamamoto (2010), a Questão Social é compreendida como produto histórico advindo da emergência e consolidação da sociedade burguesa, ou seja, não é algo natural, concretizando-se a partir da produção e reprodução das relações sociais inscritas nesse momento histórico, se evidenciando na forma como as pessoas vivem.

Dessa forma, podemos perceber que ao passo em que os trabalhadores produzem a riqueza socialmente, eles acabam sendo excluídos do acesso ao produto socialmente produzido. Essa realidade expressa a subalternização da classe trabalhadora em relação à burguesia, uma vez que esta se apropria de toda a riqueza que é produzida coletivamente pela classe trabalhadora.

Para refletirmos sobre as expressões da Questão Social que incidem na vida da população rural brasileira, faz-se necessário compreender, de forma breve, como se deu a inserção do Brasil no mundo capitalista e onde os trabalhadores do campo foram situados nessa trajetória.

É importante destacar que o Brasil iniciou seu processo de inserção na lógica do modo de produção capitalista enquanto ainda era um país escravocrata. A autora Kraemer (2006) afirma que, quando o regime de escravidão entra em risco de extinção, o Parlamento Brasileiro se preocupa em produzir legislações que assegurassem a grande propriedade e a mão-de-obra que faltaria com o fim do regime servil, pois, com a extinção do cativo e com um regime de livre ocupação da terra, os libertos não se contentariam em trabalhar nas fazendas onde haviam sido escravos.

A autora também cita que, em 1850, foi criada a Lei de Terras, que teve o papel de proibir a ocupação de terras que não tinham o domínio particular reconhecido, criando-se um obstáculo para o acesso a terras, com o intuito de deixar os domínios da terra somente para aqueles que pudessem explorá-la na forma de mercadoria.

Podemos afirmar, assim, que esse foi um dos fatores que marcaram o ponto de partida para o desencadeamento de problemáticas que fazem parte da questão agrária na

contemporaneidade, tendo como elemento central o latifúndio, que se tornou fundamental para a expansão do capitalismo monopolista. Contribuindo para essa reflexão, Iamamoto (2010, p. 132) afirma que:

Em síntese, no caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado, a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional, e racial de renda, prestígio e poder. Engendra uma forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário, em que o Estado assume um papel decisivo não se na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade. (Iamamoto, 2010, p.132)

Nesse sentido, fica exposta a forma como o capitalismo se expandiu no contexto social, o que possibilita refletir sobre uma questão importante para entender o sentido real da Questão Social, que, além de produzir desigualdades sociais, agudiza as desigualdades já existentes. Em concordância, a autora afirma que, a partir da restauração do sistema capitalista, as desigualdades já existentes acabam ganhando um contorno mais expressivo, onde a pobreza é produzida pela concentração de riquezas que beneficia o burguês.

Outro fator decisivo para a perpetuação da hegemonia burguesa, passível de análise e que deve ser pontuado, é o papel do Estado brasileiro, que atua de forma a garantir subsídios de apoio para a consolidação da classe dominante. Essa condição está descrita pelo autor Netto (2017), que afirma que o Estado trabalha como guardião das condições que possibilitam a concretização do modelo de produção capitalista. Nesse sentido, podemos perceber que a relação entre Estado e burguesia reflete na forma como o Estado vai lidar com as expressões da Questão Social, direcionando o poder estatal para manter a hegemonia burguesa em vários momentos da história do país.

Em concordância, Lima (2025, p. 29) afirma que “acumulação capitalista também exige ferramentas para sua manutenção e expansão, dessa forma, ao mesmo passo da escalada de lucratividade, ocorre o alargamento da desigualdade”. Nesse sentido, o capitalismo produz e reproduz as desigualdades que afetam a vida do trabalhador sempre havendo um processo de ampliação. Logo, as expressões da Questão Social não ocorrem de forma linear, pois sempre se modificam à medida em que os meios de produção capitalista se reatualizam.

Nessa mesma ótica, Iamamoto (2010, p. 49), postula que a Questão Social “designa um processo complexo, denso de contradições, que não as repete, mas as reproduz de forma ampliada, desloca-as, as modifica, uma vez que, em sua continuidade, o capitalismo transforma-

se e desagrega-se”. Portanto, as estruturas não mudam, mas se apresentam de formas diferentes. Dessa forma, é preciso identificar como as questões vão emergir dentro de cada território.

2.2 QUESTÃO SOCIAL NO MEIO RURAL

Após o fim da escravidão, a base da economia brasileira no século XIX foi a exportação de produtos agrícolas. Como cita Gonçalves (2017), o Brasil teve o papel de produzir e exportar o café na nova configuração da economia mundial; com isso, houve uma expansão das lavouras e da demanda por mão de obra para atuar na produção do café. A burguesia sempre buscou mecanismos para manter o trabalhador em um lugar de subalternidade, impedindo que ele tivesse autonomia para escolher se queria trabalhar ou não, nos trabalhos precarizados oferecidos nas lavouras.

Um exemplo disso foi a criação do regime de colonato, que, de acordo com Silva (2025), foi uma iniciativa criada pelos produtores de café para manter sempre a oferta de mão de obra nos períodos de produção e colheita. O autor traz como exemplo a Lei nº 601, de 1850, que elevava os preços das terras para impedir a ampliação de pequenas propriedades, o que poderia reduzir a oferta de mão de obra para a produção cafeeira.

Em relação à população rural do Brasil, de acordo com o Censo do IBGE (2022), o país tem 12,6% da sua população composta por moradores da zona rural, sendo que a região Nordeste concentra 47,8% desse grupo e a região Norte, 19,1%. Atualmente, as regiões Norte e Nordeste carregam estigmas que as colocam como lugares de atraso; essas problemáticas têm raízes históricas forjadas pela herança escravista, pois foram as regiões que mais receberam pessoas escravizadas vindas da África.

Nesse contexto, Bernardes (2007) afirma que, para entendermos as especificidades de um território, é necessário conhecer a formação sócio-histórica desses espaços, territórios marcados pelo empobrecimento de uma população que carrega as marcas do sistema escravista juntamente com as desigualdades produzidas pelo capitalismo.

É indispensável entender que a população do campo é majoritariamente negra. O relatório da Oxfam Brasil (2024) afirma que, no setor rural, 69,6% dos trabalhadores são negros. Isso reflete que as desigualdades no campo são atravessadas não somente pelo capitalismo, mas também por questões raciais que muitas vezes não são colocadas no centro das discussões. Dessa forma, é fundamental apontar quem compõe o rural brasileiro e a necessidade de relacionar a “superexploração da força de trabalho, o racismo estrutural e o patriarcado moderno

enquanto categorias [...] para captar não só as minúcias circunscritas à questão social no Brasil, mas compreender as determinações da própria formação econômico-social” (Silva; Fagundes, 2022, p. 230).

A forma como o capitalismo se desenvolve afeta grupos sociais que têm especificidades de acordo com os espaços em que se situam. Cidade e campo se desenvolveram como uma dicotomia caracterizada pelas atividades realizadas em seus territórios. Sposito e Whitacker (2010) afirmam que a vida rural remete a uma situação em que só é possível sobreviver mediante muito trabalho, cujo esforço resulta no mínimo necessário para viver.

Nos espaços rurais, podemos identificar expressões da Questão Social que se apresentam de forma particular em relação às dos centros urbanos. Um exemplo é a contaminação pelo uso de componentes químicos aplicados em larga escala nos latifúndios, prejudicando trabalhadores e moradores próximos às plantações e impactando diversas áreas da vida dessa população. Além disso, os trabalhos são, na maioria das vezes, sazonais, o que gera instabilidade nas condições de vida dos trabalhadores.

É importante salientar que apontar que a população rural sofre com a exploração da força de trabalho, tornando-se vulnerabilizada pela Questão Social, não significa colocar a vida no campo como sinônimo de atraso. A crítica refere-se, principalmente, à população submetida ao modelo de exploração da produção capitalista, sendo essa população afetada pelas dinâmicas da oligarquia rural, que busca aumentar sua concentração de riqueza por meio da concentração de terra. Esse mesmo grupo, hoje, compõe a elite do agronegócio e dificulta o desenvolvimento da agricultura familiar.

Nesse sentido, Corrêa e Carvalho (2024, p. 6) argumentam que, partindo do pressuposto de que o agronegócio é o resultado de uma associação entre o grande capital agroindustrial, o capital financeiro e a grande propriedade, ele é hoje o ator político e econômico mais relevante para se entender a reversão neocolonial ou neoextrativismo no Brasil. Nesse contexto, Saver (2008 p.12) explana:

A apropriação das noções de agronegócio e agricultura familiar, no início dos anos 1990, no Brasil, é expressão de uma disputa política resultante da situação fundiária, especialmente após a adoção do aparato da Revolução Verde, classificado por muitos teóricos como um processo de “modernização conservadora” do campo brasileiro. Para além de uma simples disputa conceitual, essa apropriação explícita de processos políticos de resistência e luta, principalmente pelo acesso à terra por milhões de produtores familiares.

Logo, ao se conhecer o trajeto histórico que constitui a realidade vivenciada pela população rural, torna-se possível compreender os motivos pelos quais esse processo

desfavorece grande parcela da população do campo, especialmente aqueles que não conseguiram acessar terras suficientes para garantir ao menos a produção agrícola de subsistência.

A partir do desenvolvimento do capitalismo no meio agrícola, surgem problemáticas fruto das contradições entre os trabalhadores do campo e o modo de produção presente no meio rural: problemáticas categorizadas como questão agrária. De acordo com Duarte (2015), essa questão constitui uma particularidade da Questão Social que expressa um conjunto de contradições que produz miséria, exclusão e desigualdade social no campo. A autora afirma, ainda, que a gênese dos problemas agrários antecede o surgimento do capitalismo no Brasil, embora este tenha aprofundado contradições já existentes. Assim, o capitalismo não somente cria desigualdades, mas aprofunda as já existentes.

Nesse sentido, a autora menciona que:

As diversas expressões da questão social no campo que se manifestam sob a forma de pobreza, fome, trabalho infantil, violência, êxodo rural, desemprego e diversas outras formas de pauperismo, se materializarão em sujeitos reais. São homens e mulheres empobrecidos pelas relações capitalistas no campo que vão demandar cada vez mais a constituição de políticas sociais para o atendimento de suas necessidades básicas de reprodução social (Duarte, 2015 p. 326).

Diante das considerações feitas, é notório que a população do campo sofre os impactos das desigualdades estruturais geradas pelo sistema capitalista, de modo particular em relação à população urbana. Por isso, iniciou-se um movimento de migração de moradores do campo para grandes cidades, em busca de melhores condições de vida.

De acordo com Hartwig (2012), essa migração ocorre em busca de novos empregos, melhores salários, estudos e qualidade de vida. Contudo, a modernização do campo brasileiro baseada na concentração de renda que beneficia apenas a elite agrária elevou a produtividade, mas inviabilizou médias e pequenas propriedades que não integravam a hegemonia do agronegócio. Hartwig (2012, p. 1) também sustenta que “o êxodo rural configura, nesse sentido, a impossibilidade de um contingente significativo de pessoas de produzirem sua existência, seja como trabalhadores autônomos em suas terras, seja como assalariados”.

Em meio às questões geradas pelo acesso desigual à terra, há grande número de trabalhadores que precisam vender sua força de trabalho aos que detêm os meios de produção, por não terem como produzir para si próprios. De acordo com o Censo do IBGE (2017), dos 15.105.125 trabalhadores da agricultura que ocupam 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, 1.891.772 são temporários, o que gera insegurança. Assim, os trabalhadores do

campo enfrentam incerteza sobre a disponibilidade de trabalho, recaindo sobre eles também a incerteza de como manter a família protegida da fome e da miséria.

A proteção que deveria ser assegurada por direitos trabalhistas conquistados mediante muita luta muitas vezes não se concretiza, pois a criação de políticas públicas não garante sua efetivação. O Estado deveria, além de criar políticas sociais para enfrentar a pauperização, oferecer mais oportunidades para superar a vulnerabilidade. Em relação aos trabalhadores do campo, deve-se cumprir as leis trabalhistas para combater a precarização do trabalho agrícola; já para a agricultura familiar, é necessário fornecer recursos para investimentos que permitam a subsistência.

Foi por meio de intensos processos de reivindicação que ocorreu o reconhecimento, na Constituição de 1988, do dever de inserir o trabalhador do campo na seguridade social, considerando seu contexto de produtor familiar. Assim, o trabalhador rural foi colocado como segurado especial, conforme a Lei nº 8.213/1991, sendo isento do pagamento mensal de contribuição direta, o que não significa ausência de contribuição, mas modalidade distinta. Esse foi um marco para a garantia de direitos dos trabalhadores rurais, embora ainda seja necessário observar como tais direitos se materializam.

2.3 A QUESTÃO AGRÁRIA ENQUANTO PARTICULARIDADE DA QUESTÃO SOCIAL

Dando seguimento à discussão anterior, investiremos aqui no debate que apresenta a questão agrária como particularidade da Questão Social. Sant’Ana (2014) expõe a urgência de estudar as mediações que evidenciam as particularidades que fomentam as demandas dos trabalhadores rurais, pois existe carência no Serviço Social em relação ao debate. Assim, é preciso analisar as mediações que circunscrevem as problemáticas da questão agrária, refletindo criticamente sobre como o modelo desenvolvimentista aplicado no campo fragilizou as relações sociais nesses territórios.

No sistema capitalista, existem dois atores sociais em relação antagônica: burguesia e proletariado. Essas categorias não se apresentam de forma idêntica em todos os contextos sociais; assim, a classe trabalhadora rural vivencia expressões específicas de desigualdade. Como cita Wanderley (2004, p. 83), “essa população tem sido o personagem de diversos profundos processos sociais, que não só conformam o futuro dos indivíduos e de suas famílias, como também moldam as relações sociais e os espaços em que vivem”.

A ruralidade não deve ser vista apenas como uma definição geográfica de “espaço rural” ou “campo”, muito menos como algo singular; ela não trilhou um único percurso histórico e é composta por múltiplas realidades. Nessa lógica, Carneiro (1998) afirma que não se pode falar em ruralidade em geral, pois a modernização da agricultura, baseada no padrão urbano-industrial do capitalismo, produziu efeitos distintos, atingindo diferentes categorias de produtores com intensidades desiguais.

Wanderley (2004, p. 92) afirma que “é preciso considerar, por outro lado, que parcela importante da população rural brasileira vive nos pequenos municípios, cuja natureza urbana tem sido objeto de diversas análises e questionamentos”. O desenvolvimento capitalista desencadeou problemas que se perpetuaram na realidade da população do campo, causando perda de vitalidade dos espaços rurais, o que gera a “questão agrária” e ampliando espaços socialmente vazios.

Pasinato (2011) afirma que, com a modernização da agricultura, através da mecanização, uso de adubos químicos e agrotóxicos, grande contingente de pessoas ficou desempregado, sendo forçado a migrar para cidades ou fronteiras agrícolas incentivadas pelo governo. Assim, o Estado brasileiro contribuiu para o enraizamento desses processos. Embora alguns governos tenham buscado investir em políticas públicas para o campo, tais políticas sempre estiveram vinculadas a projetos neoliberais.

Na história brasileira, há exemplos de governos que apoiaram a modernização agrícola, como o de Fernando Henrique Cardoso¹. Almeida (2000) cita, com base em documento do MST, que essa gestão buscou aplicar o modelo “norte-americano”, implantando grandes fazendas produtoras de grãos para exportação, controladas por agroindústrias em sua maioria multinacionais, abandonando pequenas propriedades familiares.

Nesse contexto, evidencia-se a construção de relações sociais que enfraqueceram os pequenos produtores rurais, colocando o país em posição de subdesenvolvimento. Isso porque a elite burguesa desenvolve inúmeros mecanismos para garantir sua hegemonia, como a monopolização da terra, além do controle do comércio, das finanças, da indústria e da tecnologia, conforme Stedile (2012). Essas práticas assumem diversas formas e efeitos distintos, na medida em que se adaptam a diferentes circunstâncias.

Segundo Stedile (2012), a concentração de latifúndios serve não apenas para uso, mas para impedir que outros utilizem a terra, estabelecendo dominação social. Esses esforços

¹Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi presidente do Brasil entre 1995 e 2002.

visam manter os meios de produção restritos à elite brasileira, com foco no lucro baseado na exportação via agronegócio.

Para manter altos volumes de exportação, os proprietários dos latifúndios que compõem o agronegócio até hoje utilizam artifícios para ampliar a escala de produção, afetando diretamente a população rural. Almeida (2000) evidencia que a estrutura das classes sociais foi forjada por esse modo de exploração agrícola, gerando inúmeros malefícios à classe trabalhadora submetida às consequências desse sistema desigual. Nesse sentido, explana

Onde predomina o latifúndio, predomina a desigualdade entre patrões e trabalhadores sem direitos sociais. O meio-ambiente é devastado pelas necessidades de lucro imediato. O meio social fica rarefeito, desertificado, pela utilização maciça de maquinaria, sem qualquer atenção ao desemprego. A vida rural expressa-se pela exploração e pela humilhação (Almeida, 2000, p. 32).

Essa realidade impõe ao Serviço Social a necessidade de apropriar-se desse debate. Em conformidade com Oliveira (2016, p. 5), compreender a questão agrária como particularidade da Questão Social implica adotar a perspectiva da totalidade marxista, composta por múltiplas determinações. Assim, é dever do Serviço Social problematizar as condições de vida e trabalho da população do campo, atingida pela questão agrária. Conforme Oliveira (2016, p. 15):

muitas vezes, por estar mediado pelo universo urbano o vínculo entre Serviço Social e questão agrária não é percebido, fazendo com que, muitas vezes, os assistentes sociais não compreendam as particularidades do cotidiano dos usuários do meio rural, bem como sua ocupação e vínculos empregatícios, acarretando em uma minimização da relação entre a questão agrária e o cotidiano de trabalho profissional do assistente social, principalmente nos municípios de pequeno porte.

A falta de visibilidade da questão agrária como particularidade da Questão Social é mais um exemplo de como a sociedade brasileira deslegitima as demandas apresentadas pela população rural. As problemáticas que se apresentam, para além dos impactos do agronegócio, também decorrem da centralidade dada às políticas públicas destinadas às grandes cidades: “O trabalhador rural somente passa a fazer parte do cenário social brasileiro a partir da década de 1950, quando ocorreram várias mobilizações com intensas lutas e conflitos pela posse da terra, organizados pelas ligas camponesas no Nordeste do Brasil” (Castel, 2014, p. 14).

A autora Kraemer (2013) identifica que as relações advindas dos múltiplos fenômenos históricos, frutos do sistema capitalista, trouxeram marcas que particularizam as condições de cidadania da população que vive no campo e na cidade, o que gera desigualdades

entre os territórios urbanos e rurais. Dessa forma, percebemos que essa separação existente entre campo e cidade se define não somente pelo espaço geográfico ocupado por cada um, mas também por outros fatores decorrentes da forma como o Brasil se estruturou. Essa realidade fez com que a cidadania vivenciada pelo morador do campo fosse desigual daquela experimentada pelos que vivem nas grandes cidades.

Antes das lutas das ligas camponesas por melhores condições de trabalho para os trabalhadores do campo, existiam políticas trabalhistas apenas para aqueles situados no centro urbano. Assim, o progresso da legislação trabalhista restringia-se, até então, ao mundo urbano. Dessa forma, as ligas camponesas tiveram papel central no processo de reivindicação de direitos para essa categoria de trabalhadores, sendo inesquecível o fato de que isso ocorreu durante a tomada do país pelos militares, no conhecido golpe. Em concordância, Nunes (2018, p. 67) destaca a importância dessas lutas por não buscarem benefícios individuais, mas sim coletivos, em um período marcado pela destruição da democracia.

Em relação ao exposto, Kramer (2013) afirma que,

A desigualdade, enquanto processo social, além da dimensão que abarca a segregação e apartação social de grande parte da população do acesso a bens e serviços socialmente produzidos, com forte impacto no campo dos direitos, da cidadania e da proteção social, também produz e reproduz, dialeticamente, formas de resistência e de pertencimento dos sujeitos, que se traduzem em estratégias de enfrentamento aos distintos fenômenos e processos sociais que, no estágio atual da sociedade capitalista, transforma os cidadãos em não cidadãos e molda novas formas de sociabilidade, tanto hegemônicas quanto contra-hegemônicas (Kramer, 2013, p.163).

Além disso, é fundamental pensar essa realidade a partir do entendimento de que o país é composto por um contingente de municípios com características diferentes, em vários aspectos que vão desde sua densidade demográfica, responsável pela classificação dos municípios em pequeno, médio e grande porte, até fatores que influenciam a infraestrutura da cidade. Nesse contexto, fica nítida a existência de disparidades que impactam diretamente o acesso aos direitos.

Wanderley (2004) afirma que a população rural se encontra, em sua grande maioria, nas zonas rurais de pequenos municípios, onde, mesmo que deixem o campo para residir na sede desses mesmos municípios, do ponto de vista sociológico não há uma mudança efetiva no lugar que ocupam, pois continuam inseridos no mesmo mundo restrito de relações de interconhecimento.

Todavia, a autora anterior faz uma colocação importante ao destacar a existência de situações em que o morador do campo é excluído do acesso a bens e serviços concentrados na

cidade (sede municipal) por conta de diversos obstáculos, que podem estar associados à distância de suas residências e à falta de meios de locomoção. Tais situações acabam por inviabilizar a equidade no acesso aos direitos, caracterizando disparidades decorrentes de fatores geográficos e socioeconômicos que ocasionam limitações, como, por exemplo, a dificuldade de deslocamento para aparelhos do Estado que ofertam os serviços necessários em momentos de vulnerabilidade.

Seguindo o que foi colocado anteriormente, é possível perceber expressões da Questão Social que se evidenciam de forma mais aparente, como cita Kramer (2013), ao apontar a presença de variados graus de privação material, causada pela divisão desigual da riqueza socialmente produzida e, como já exposto, pela precarização da infraestrutura básica dos territórios rurais. Porém, tais restrições não se limitam ao que aparece externamente, pois existem inúmeras mazelas que acometem a população rural e que não são percebidas analisando apenas a superfície dos fatos, como a ausência de uma cobertura adequada de equipamentos que garantam o acesso a direitos sociais, como serviços de saúde, educação, assistência, entre outros.

Como cita Kramer (2013), no meio rural se visualiza uma maior concentração de pessoas em situação de pobreza extrema quando comparado às áreas urbanas e metropolitanas, sendo os pequenos municípios destacados por apresentar os maiores índices de pobreza. Esse fato reflete na demanda por políticas sociais, onde, de acordo com o IBGE (2023), cerca de 51% das pessoas em áreas rurais viviam em domicílios beneficiados por programas sociais, percentual elevado quando comparado à proporção da população urbana, que era de 24,5%. A partir desses dados, é possível perceber que o número de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica se apresenta como mais que o dobro da população urbana.

É importante frisar que essa problemática não pode ser justificada de forma a culpabilizar o indivíduo sem considerar as relações sociais nas quais ele está inserido, pois, dentro da realidade capitalista, o trabalhador recebe um valor pelo seu trabalho que não é suficiente para a promoção de uma moradia de qualidade, de acesso adequado à saúde, à cultura, ao lazer, à educação, à segurança, ao saneamento básico, entre muitos outros aspectos do viver que não dependem exclusivamente da exploração laboral.

De acordo com Wanderley (2015, p. 15), “os agricultores vivenciam situações de extrema precariedade e têm, efetivamente, uma enorme dificuldade para gerar renda monetária de sua atividade produtiva”. A autora se refere aqui a produtores de pequenas propriedades, não a donos de grandes latifúndios. Entre os fatores que desfavorecem o crescimento da produção

em pequenas propriedades está o acesso limitado aos investimentos financeiros. Isso se deve ao fato de que a maioria dos investimentos e os maiores valores destinados a esse fim estão condicionados a proprietários de grandes propriedades.

Em relação aos investimentos do Estado para o desenvolvimento da agricultura, os autores Azevedo e Pessoa (2011, p. 483) afirmam que “no Brasil, as políticas públicas para o espaço rural sempre tendem a priorizar a agricultura patronal”. Essa afirmação se justifica pela forma como historicamente o Brasil vem conduzindo o desenvolvimento do campo, buscando fortalecer cada vez mais a agricultura que segue o modelo capitalista de produção, o agronegócio. Dessa forma, poucas oportunidades de expansão da agricultura familiar foram pensadas pelo Estado brasileiro, o que demonstra a ausência de iniciativas de apoio a esse segmento.

No cenário marcado pela modernização da produção agrícola, no qual ocorreu a expansão da produção para exportação, os agricultores familiares não tiveram participação significativa. Assim, sua produção foi destinada ao mercado interno. Nesse contexto em que o modelo de produção agrícola apoiado pelo Estado opera em escala gigantesca, fica evidente que ele não contribui para a alimentação da maior parte da população brasileira.

Esse é um dado apontado por Chimini (2021, p. 182), que destaca: “O fato de a agricultura familiar ser responsável por mais de 70% da produção de alimentos no Brasil mostra seu protagonismo na produção e situa que sua existência não é só resistência, mas também necessária para o capital”.

O foco do setor produtivo é produzir em escala cada vez maior, sem se preocupar com as condições precárias às quais os trabalhadores são submetidos, pois são vistos apenas como capital vivo. Logo, os impactos físicos e mentais que afetam os trabalhadores são negligenciados, o que perpetua o adoecimento da classe trabalhadora.

Nesse sentido, quando se inicia o processo de modernização da agricultura, criam-se também mecanismos para aumentar a produção focando somente no rendimento, como a maior utilização de maquinários e o uso de produtos químicos para o controle de pragas que prejudicam as lavouras.

Em relação ao processo de modernização do setor de produção agrícola, Menegat e Fontoura (2010, p.1) descrevem que

o advento da agroindústria exigiu a modernização da agricultura, a mecanização das atividades e a introdução de agroquímicos e de organismos geneticamente modificados, alterando a vida do campo, e isso, inevitavelmente, tem contribuído para a ocorrência de danos ao meio ambiente e à saúde do trabalhador, além de danos

sociais como o empobrecimento da população rural, a exclusão social, o êxodo, o desemprego e outros agravos (Menegat e Fontoura, 2010, P.1).

O autor Castel (2007) apresenta que o trabalho das famílias rurais passou a envolver múltiplas atividades, causando sobrecarga para se enquadrar nas novas exigências advindas do processo de modernização agrícola, o que colocou os trabalhadores em situação de risco e em condições de trabalho insalubres. Nesse contexto, a jornada de trabalho para homens e mulheres seria de seis dias semanais, porém apenas os homens possuem um dia real de descanso, enquanto as mulheres continuam sua jornada com atividades domésticas. Ao trazer luz para uma discussão pouco vista quando se trata da população rural, o autor destaca que essa realidade se torna, na maioria das vezes, inviabilizada.

Desse modo, a modernização dos processos de produção e a introdução dos chamados insumos modernos provocam a expulsão das mulheres da esfera produtiva agrária. Entretanto, ainda há setores da atividade rural familiar que envolvem mão de obra intensiva e a participação feminina em todo o processo.

Em relação à atuação da mulher na agricultura, a autora Cordeiro (2007) discute alguns dos impasses enfrentados pelas mulheres agricultoras nesta sociedade capitalista e patriarcal, que desde sempre busca designar em qual espaço cada ser social deve estar. Assim, a mulher nitidamente não pode ocupar o espaço de proprietária de terra, sofrendo práticas discriminatórias que negam seu direito à terra e até mesmo sua participação nas decisões.

Assim como cita Carneiro (2001), compreender as regras de transmissão do patrimônio familiar, em particular da terra, entre agricultores familiares, levando em conta as diferenças de gênero, exige reconhecer os distintos papéis reservados a homens e mulheres na dinâmica de reprodução social.

Portanto, fica evidente que o sistema patriarcal também se manifesta no meio rural, onde a desigualdade de gênero se apresenta como uma expressão da Questão Social, subalternizando a trabalhadora do campo, muitas vezes já vulnerabilizada pela classe social que ocupa, e intensificando a precarização de suas vidas por serem mulheres.

Brumer (2000) sinaliza que, a partir de estudos sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura, fica evidente que o trabalho da mulher nesse espaço produtivo é tratado como mera ajuda, mesmo quando executam as mesmas funções que os homens. Essa condição, na qual o trabalho feminino é subalternizado por conta das desigualdades de gênero, configura-se como uma expressão da Questão Social, visto que esse fenômeno tem base no patriarcado,

problemática que não emergiu como resultado do capitalismo, mas se aprofundou e se evidenciou entre as opressões de classe e gênero no campo.

Hoje, cada vez mais, o trabalho da mulher e dos filhos se torna objeto de exploração do capital, que paga somente pelo produto final, sem prever no contrato o pagamento às pessoas envolvidas no processo de produção. Essa situação ocorre frequentemente nas pequenas propriedades agrícolas, nas quais a produção é diversificada (Castel, 2007, p. 49).

Esse apontamento feito por Castel demonstra que nem mesmo as crianças ficam livres da exploração causada pelo capitalismo, de modo que precisam muito cedo executar trabalhos braçais para ajudar no sustento da família. É fundamental compreender esse e outros modelos como problemas estruturais que não se justificam pelo papel dos pais ao permitir que seus filhos participem da produção. Tal retrato de vulnerabilidade social demonstra a precarização da vida no campo causada pela estrutura capitalista, que cria a necessidade de uso de mão de obra infantil na produção agrícola.

Além dos agricultores familiares, que detêm pequena propriedade utilizada para produzir, dentro do contexto rural há aqueles que não dispõem de nenhum meio de produção, necessitando vender sua força de trabalho aos proprietários rurais. De acordo com Stedile (2012, p. 129), o proletariado rural precisa trabalhar um número maior de horas para produzir a mesma renda que o operário urbano, ou seja, essa categoria de trabalhadores necessita de maior quantidade de força de trabalho e recebe uma parcela menor do que produz. Essa colocação reforça a compreensão de que esses trabalhadores possuem condições de trabalho extremamente precarizadas, em vários aspectos, alguns semelhantes aos dos trabalhadores urbanos e outros particulares à forma de produção agrária.

Essa parcela da população rural que precisa vender sua força de trabalho para sobreviver enfrenta problemas específicos em relação àqueles que trabalham em suas próprias terras, como, por exemplo, os trabalhadores situados na produção de produtos sazonais. Como descrevem Sposito e Whitaker (2010, p. 221), “essa mão de obra, em geral, não encontra trabalho no campo durante todo o ano, ficando muitas vezes sem conseguir se inserir no mercado de trabalho em determinados períodos, o que os impede, portanto, de pagar o financiamento de sua própria moradia”.

Como já considerado anteriormente, o valor pago pelo trabalho muitas vezes não é suficiente para manter os mínimos sociais. Considerando essa periodicidade do trabalho remunerado, o trabalhador rural fica ainda mais exposto às vulnerabilidades socioeconômicas, necessitando, ainda mais, ser assistido por políticas públicas de redistribuição de renda. O

mesmo ocorre com trabalhadores informais. Como cita Chimini (2021, p. 101), a superexploração acarreta alimentação precária, mal nutrindo milhares, gerando uma subsunção real dos trabalhadores, que os leva a trabalhar cada vez mais horas, recebendo cada vez menor remuneração para garantir a sobrevivência.

Dessa forma o autor Bezerra (2021, p. 127) aponta que:

A complexidade da política salarial para o trabalho na agricultura pode contribuir, e muito, para deslindar a um só tempo as particularidades históricas que explicam a configuração da classe trabalhadora no campo e o atual nível de desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo na agricultura (Bezerra, 2021, p. 127).

Portanto, é preciso tratar as questões agrárias como particularidades da Questão Social, analisando-as a partir do desenvolvimento histórico do capitalismo no campo. Percebe-se que a questão agrária se expressa em diversas desigualdades sociais presentes no cotidiano dos trabalhadores, o que torna a vida de trabalhadores e trabalhadoras do campo precarizada.

2.4 SERVIÇO SOCIAL E O RURAL BRASILEIRO

Considerando o que foi exposto até o momento e atendendo ao objeto de estudo deste trabalho, faz-se necessário trazer algumas considerações a respeito das interfaces do Serviço Social com o rural brasileiro, sobretudo para enfatizar a necessidade de lançar luz sobre o compromisso que o Serviço Social precisa ter em enfrentar as incidências das expressões da Questão Social na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais.

O Serviço Social tem sua gênese a partir da expansão do sistema capitalista, que criou e aprofundou diversas desigualdades que atingem a classe trabalhadora. Essas desigualdades criaram demandas sociais que exigiram a intervenção do Estado, o qual instituiu a profissão de assistente social para atuar no trato das expressões da Questão Social, tanto pelo tensionamento realizado pela classe trabalhadora quanto pela intenção de atender aos interesses da burguesia. Inicialmente, a Igreja Católica tomou para si o controle da formação e da prática profissional do Serviço Social, como cita Yazbek (2009). Isso fez com que a profissão tivesse um caráter de apostolado, que via a Questão Social como um problema moral; por conta disso, a intervenção tinha um viés conservador devido à ausência de uma análise crítica da sociedade.

Lima (2025, p. 30), assinala que “a gênese da Questão Social é correlacionada ao processo de instauração do modo de produção capitalista, de tal forma que a compreensão do

objeto de trabalho da profissão no processo de formação profissional tem seu início a partir dessa virada de chave histórica”.

Logo, a partir do novo projeto ético-político do Serviço Social, a profissão buscou se desvincular da visão conservadora, que fazia com que ela fosse mais um braço para a manutenção dos interesses do capital, atuando na lógica do ajustamento do indivíduo. Na nova perspectiva sobre seu papel de transformação societária, o indivíduo deixa de ser visto como singular, com problemas individuais; ele passa a ser entendido como sujeito que faz parte de uma totalidade configurada por múltiplas determinações, tendo sua realidade socialmente produzida em um contexto de sistema capitalista que produz inúmeras desigualdades.

De acordo com Miotto (2009, p. 5), “o assistente social tem como objeto de sua ação as expressões da questão social, e essa premissa não admite que se vincule a satisfação das necessidades sociais à competência ou incompetência individual dos sujeitos”. Dessa forma, podemos perceber que essas mudanças teóricas também têm impacto na compreensão da realidade da população que vive no campo.

Assim, a desvinculação da profissão da Doutrina Social da Igreja foi crucial para a adoção da postura crítica que o Serviço Social assumiu a partir de seu movimento de reconceitualização, ocorrido na América Latina na década de 1960, o qual teve como marco o rompimento com as práticas conservadoras.

De acordo com Santos e Lusa (2014), a partir desse momento o Serviço Social começa a perceber a sociedade como uma totalidade e passa a adotar o posicionamento a partir da perspectiva do método histórico-crítico-dialético, firmando compromisso com a classe trabalhadora.

Nesse sentido, as autoras apontam que não seria somente com o proletariado da zona urbana, mas também com os que fazem parte da população do campo, os quais também são pertencentes ao público-alvo do profissional que atua no Serviço Social, que deve contribuir para a promoção da emancipação da classe trabalhadora, tendo suas ações guiadas pelo Projeto Ético-Político da profissão e desenvolvidas em todos os espaços em que esteja inserido o grupo de interesse.

Para conhecer a realidade vivenciada pelas comunidades do campo é necessário entender o contexto da ruralidade no qual estão inseridas, para que se possam discutir as características desse espaço a partir da historicidade de sua construção na sociedade. Kraemer (2006) afirma que existe uma retomada da discussão sobre ruralidade não somente como território agrícola, mas como um espaço de vida onde as pessoas desenvolvem laços sociais,

culturais, de trabalho e de pertencimento, sendo fundamental a inclusão deste debate nas agendas governamentais, orientando políticas públicas.

Nesse sentido, o espaço rural brasileiro demanda intervenções por parte do Estado sobre as desigualdades sociais já expostas anteriormente, pois, de acordo com Santos (2014, p. 245), “as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais sofridas pelo Brasil rural afetaram diretamente não somente o espaço físico do campo como também a vida da classe trabalhadora rural”.

Logo, compreende-se que as mudanças ocorridas nos espaços rurais fizeram com que a população do campo fosse afetada diretamente pela Questão Social, que é o objeto de intervenção do Serviço Social, e, portanto, é papel do assistente social compreender como as expressões fruto do embate capital e trabalho estão presentes na vida do trabalhador do campo.

Como já colocado anteriormente, a Questão Social é fruto do embate capital × trabalho. Nesse contexto, o trabalho realizado pela população rural que presta serviço para a agricultura patronal está predominantemente vinculado ao agronegócio, o qual é o motor da questão agrária. Em relação aos trabalhadores que fazem parte da agricultura familiar, podemos identificar que também são extremamente prejudicados pela forma como o capitalismo se concretiza no campo.

Assim, podemos perceber que a classe trabalhadora do campo é constantemente prejudicada pela presença do capitalismo no campo, que vulnerabiliza a reprodução de sua existência. Essa realidade ocorre com o aparato do Estado, pois o mesmo foi forjado pelo sistema capitalista.

Yazbek (2009) descreve que o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo, acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho, em um espaço privilegiado de interlocução e diálogo entre diversos paradigmas teórico-metodológicos.

Sabendo disso, a discussão sobre as expressões da Questão Social que se evidenciam na vida da população rural é de suma importância para o Serviço Social, pois é a partir da visibilidade das desigualdades enfrentadas pela população do campo que se torna possível a discussão de estratégias e ferramentas fundamentais para a promoção da justiça social no meio rural.

Como citam Sant’Ana e Masson (2018, p. 208), “foram sendo implantadas uma série de políticas agrícolas justificadas como necessárias para a superação do atraso na

agricultura, mas que, na realidade, foram a opção de modernização do campo da classe dominante e do Estado”.

Nesse contexto, a referida dinâmica de modernização no campo, que tinha como foco ampliar a exportação dos produtos agrícolas, impactou os agentes sociais presentes nesses espaços, pois eles foram sendo prejudicados por inúmeras problemáticas que ficaram conhecidas como questão agrária. Assim,

A questão agrária necessita ser discutida enquanto particularidade da questão social no processo de formação profissional, assim como precisa estar nas pautas de luta dos profissionais, pois impacta diretamente no cotidiano de trabalho do assistente social, principalmente quando este atua em municípios de pequeno porte cuja base da economia gira em torno da produção agrícola de grande porte (Sant’Ana e Masson, 2018, p.211).

Nascimento (2022) discute que a questão agrária é consequência do modelo de produção presente no campo, que está vinculado à acumulação da terra como meio de apropriação dos meios de produção, sendo um mecanismo do sistema capitalista para a concentração de riquezas. Desse modo, a autora aponta que a questão agrária e a Questão Social são frutos do embate capital $\times$ trabalho, sendo a questão agrária constituída como fundamento e particularidade da Questão Social, o que não causa problemas somente para a população rural.

Em concordância com o exposto, a autora Sant’Ana (2019) afirma que discutir a questão agrária como particularidade da Questão Social vai potencializar o trabalho do assistente social, ao fornecer subsídios para fomentar mediações mais abrangentes que contribuam para o entendimento da realidade da população rural.

Dessa maneira, o assistente social será capaz de fazer uma leitura crítica das expressões da Questão Social presentes no campo, onde, como cita a autora Sant’Ana (2019, p. 176), a

apreensão do real por parte do profissional se dá numa perspectiva de totalidade e é possível analisar as políticas públicas e seus determinantes a partir de elementos macroestruturais e, com isto, não cair em ilusões idealistas sobre o seu papel na sociedade capitalista.

Segundo Sant’Ana e Masson (2018), seguir a direção profissional construída pelo Serviço Social, identificando e compreendendo as especificidades da Questão Social advindas do modo de produção agrícola, faz parte da qualificação profissional. Para além de estar nos espaços institucionalizados, faz-se necessária também a atuação junto aos movimentos sociais oriundos da classe trabalhadora.

Os movimentos sociais são de suma importância para impulsionar a criação de políticas públicas; um exemplo disso foram as lutas das ligas camponesas, que se iniciaram no Brasil aproximadamente em 1955, reivindicando, entre outras pautas, melhores condições de trabalho por meio da reforma agrária.

Nesse cenário, fica evidente que os trabalhadores do campo acabam ficando vulnerabilizados socioeconomicamente por conta de situações ligadas ao capitalismo e seus mecanismos produtores de desigualdades. Por conta disso, cria-se a demanda por políticas sociais, mais precisamente pela política de assistência social, a qual é um pilar fundamental da seguridade social brasileira, fundamentada na universalidade de acesso, que determina ser um direito de todos que dela necessitam. Assim, é dever do Estado garantir que a população tenha pleno acesso aos programas e serviços que sejam capazes de suprir suas necessidades, permitindo a superação do estado de vulnerabilidade social em que o indivíduo se encontra.

É possível perceber que a população rural enfrenta dificuldades de acesso às políticas públicas; dessa forma, ocorre uma desigualdade de acesso às políticas sociais entre a população urbana e a rural.

Tal problemática se perpetuou na realidade social do país por conta da forma como as políticas públicas foram implementadas no Brasil, pois, como cita Kraemer (2006), as políticas sociais brasileiras foram sendo implementadas tendo como tônica a regulação de direitos que, apesar de representarem avanços e resultarem da pressão de diferentes grupos sociais, não garantiram na sua gênese a universalidade e, portanto, a priori, não possuíam caráter inclusivo. Essa falta de universalidade reflete-se na infraestrutura, na falta de informação e nos desafios burocráticos que continuam a dificultar o acesso das populações rurais às redes de proteção social.

Martins (2019) expõe que a população rural historicamente não vem tendo o mesmo grau de acesso que a população urbana. Para além disso, afirma que garantir o acesso judicialmente não tem sido suficiente para sua concretização. Assim, o usuário que mora no campo, em um local onde não há instituições acessíveis para buscar assistência e proteção social, enfrentará inúmeros obstáculos para ter sua demanda atendida. Essas dificuldades podem ocorrer por inúmeros fatores, como a centralidade dos atendimentos, a falta de transporte ou até mesmo a falta de informação, visto que, para alcançar os direitos sociais, é necessário superar essas e outras barreiras.

Quanto a essa situação, Kraemer (2006, p. 21), pondera que essas questões vão colaborar para que,

A população rural fica excluída do acesso a políticas sociais, assim como da garantia de direitos; o meio rural é secundarizado e assume o papel de retaguarda neste processo, ficando responsável por criar condições que assegurem o desenvolvimento do país em bases capitalistas através da produção de alimentos para a população das grandes cidades e da garantia de mão-de-obra para trabalhar nas indústrias que aqui se instalavam.

Outra condição que dificulta o trabalhador rural acessar seus direitos está relacionada aos processos burocráticos para o acesso à política de previdência social, que é de caráter contributivo e, segundo a Lei nº 8.212 (Brasil, 1991), deve assegurar aos beneficiários meios indispensáveis de manutenção por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família, reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. Muitas vezes, a excessiva burocratização dos processos para alcançar essa política pública se torna um obstáculo enorme para o acesso aos direitos previdenciários do agricultor, mesmo quando ocupa a posição de segurado especial.

Essa burocratização manifesta-se de forma mais evidente nas etapas de comprovação da contribuição e do exercício da atividade rural, com exigências de inúmeros documentos que contenham registros formais e históricos de trabalho.

Castel (2007, p. 128) explana que se o trabalhador não comprovar que está contribuindo, não tem acesso aos benefícios previdenciários, o que de imediato exclui uma camada importante da população rural, principalmente os agricultores familiares, que muitas vezes não têm como comprovar. Além disso, a comprovação documental não garante que o trabalhador tenha seu requerimento deferido, pois está sujeito à ordem institucional, que frequentemente falha nas análises dos processos, mesmo após filas de espera, perícias e outras situações que aparentam ser mecanismos de redução do número de beneficiários da política.

Cordeiro (2002) discute como a ausência de documentos causa um silenciamento do trabalho feminino na agricultura, apontando que existe uma disparidade entre os documentos pessoais e aqueles que comprovam o trabalho no campo, destacando-se, entre eles, o documento sobre a propriedade da terra. Essa ausência de documentos comprobatórios torna o percurso para concessão de benefícios cada vez mais dificultoso para as trabalhadoras rurais, comprometendo o princípio da universalidade da seguridade social. Aparentemente, mesmo com os avanços obtidos até os dias atuais, poucos mecanismos foram implementados para fomentar que a população rural alcance seus direitos.

Logo, podemos perceber que se faz necessária a ampliação dos debates que envolvem o Serviço Social e o rural brasileiro, assim como as discussões sobre as expressões

da Questão Social que incidem na vida do trabalhador do campo, fruto do processo de modernização do modo de produção agrícola potencializado pelo agronegócio.

Esse processo criou a chamada questão agrária, que se manifesta nesse conjunto de desigualdades e atinge diretamente a vida do trabalhador rural, vulnerabilizando esse grupo. Portanto, é fundamental que o Serviço Social se comprometa com a discussão dessas dinâmicas, de maneira a formar profissionais que conheçam e tenham um olhar crítico para essa realidade.

Diante da necessidade de uma maior aproximação com o debate da questão agrária por parte do Serviço Social, a autora Sant'Ana (2019) sinaliza que, por mais que a questão agrária seja discutida em disciplinas específicas, isso ainda não dá conta de abordar os rebatimentos do modelo produtivo que está tornando cada vez mais o agronegócio hegemônico.

3 INCIDÊNCIAS DA QUESTÃO SOCIAL NA VIDA DA POPULAÇÃO RURAL: O QUE OS ANAIS DO CBAS E ENPESS NOS TRAZEM A RESPEITO DESSA TEMÁTICA

Foi adotado no presente estudo o tipo de pesquisa qualitativa para compreender as expressões da Questão Social que incidem na vida da população rural. Assim, a escolha pela pesquisa qualitativa se justifica pelo seu papel de responder a questões muito particulares. De acordo com Minayo (2009, p. 21), “ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, dos valores e das atitudes”.

Para buscar responder à pergunta de pesquisa, que é: “Como o Serviço Social brasileiro está problematizando e discutindo as expressões da Questão Social que incidem sobre a população do campo?”, foi realizado um estudo a partir de trabalhos apresentados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), que discutem temas relacionados às manifestações da Questão Social na vida da população rural. A justificativa das escolhas dos anais se dá pela relevância desses eventos para a produção de conhecimento na área do Serviço Social.

O CBAS se constitui como o maior evento do Serviço Social brasileiro, sendo um espaço privilegiado para a reflexão da categoria profissional sobre a realidade atual, que apresenta desafios cotidianamente. Além disso, o CBAS é essencial para reafirmar e fortalecer o compromisso coletivo da categoria com o projeto ético-político profissional, o qual é comprometido com as demandas da classe trabalhadora. Esse evento tem periodicidade trienal.

Já o ENPESS é o principal encontro acadêmico da área de Serviço Social, de reconhecida relevância nacional e internacional. Atualmente, está na sua 18ª edição, ocorrendo em periodicidade bienal. O evento congrega assistentes sociais, docentes ou não, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação da área e de áreas afins, visando ao fortalecimento da pesquisa, da produção de conhecimento, do trabalho profissional e da organização política da categoria.

Para a realização dos levantamentos dos trabalhos apresentados nos anais do CBAS e do ENPESS, foram escolhidos dois descritores que foram utilizados em todas as edições separadamente. O primeiro foi “Rural”, que se justifica pela definição do espaço onde o público-alvo pesquisado está inserido, e o segundo descritor foi “Agricultor”, que é a categoria que eles compõem. O processo se deu a partir da busca dos trabalhos publicados nos anais

desses eventos, com a aplicação dos descritores nas ferramentas de busca nos repositórios das três últimas edições dos respectivos encontros.

Assim, em relação ao ENPESS, foram selecionadas a XVI edição, que ocorreu em 2018, a XVII, que ocorreu em 2022, e a XVIII, que foi realizada em 2024. A mesma forma foi usada para selecionar os trabalhos para análise nos anais do CBAS, referentes às três últimas edições desse evento, sendo elas: XV, que ocorreu em 2016; XVI, que ocorreu em 2019; e XVII, que ocorreu em 2022. As seleções foram realizadas com base nos títulos que aparentavam ser relevantes para cumprir o objetivo desta pesquisa.

Na edição de 2016 “XV CBAS” houve um total de 1426 trabalhos publicados, dos quais, a partir do uso do descritor “Rural”, resultaram 14 trabalhos, dos quais 7 foram selecionados. Ao se utilizar o descritor “Agricultor”, não se obteve resposta, ou seja, não foi possível encontrar nenhum trabalho.

A partir do mesmo processo, a edição de 2019 “XVI CBAS” teve um total de 1293 trabalhos publicados, onde, a partir do descritor “Rural”, resultaram 15 trabalhos, dos quais foram selecionados 2, e ao se utilizar o descritor “Agricultor”, resultaram 3 trabalhos, porém nenhum foi selecionado.

A edição de 2022 “XVII CBAS” teve um total de 1741 trabalhos publicados, onde, com o descritor “Rural”, resultaram 9 trabalhos, dos quais 2 foram selecionados; e com o descritor “Agricultor”, novamente não houve resultados. O quadro a seguir demonstrará a quantidade de trabalhos selecionados para o estudo durante a fase de seleção de dados nos anais do CBAS das edições de 2016 (XV), 2019 (XVI) e 2022 (XVII).

Quadro 1 – Levantamento de trabalhos nos anais do CBAS 2016 (XV), 2019 (XVI) e 2022 (XVII)

Edição	Total de trabalhos publicados	Descritor	Resultados	Selecionados	Utilizados nos eixos
2016 - XV	1426	Rural	14	7	7
		Agricultor	0	0	0
2019 -XVI	1741	Rural	9	2	2
		Agricultor	1	1	1
2022 - XVII	1293	Rural	15	2	2
		Agricultor	3	0	0
Total			41	11	12

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A respeito do ENPESS, a edição de 2018 teve um total de 899 trabalhos publicados, dos quais, a partir do uso do descritor “Rural”, resultaram 11 trabalhos, dos quais 3 foram selecionados; e ao utilizar “Agricultor”, não resultou em resposta, ou seja, não foi possível encontrar nenhum trabalho. A partir do mesmo processo, a edição de 2022 teve um total de 619 trabalhos publicados, com 8 trabalhos resultantes do descritor “Rural”, dos quais 3 foram selecionados; e ao utilizar o descritor “Agricultor”, resultou em 1 trabalho, que foi selecionado.

O mesmo processo foi utilizado para selecionar os trabalhos da edição de 2024, a qual teve 1168 trabalhos publicados. A partir do descritor “Rural”, resultaram 9 trabalhos, dos quais 3 foram selecionados, e com o descritor “Agricultor”, resultou em 1 trabalho, que foi escolhido. O quadro a seguir demonstrará a quantidade de trabalhos selecionados para o estudo durante a fase de seleção de dados nos anais do ENPESS nas edições de 2018 (XVI), 2022 (XVII) e 2024 (XVIII).

Quadro 2 - Levantamento de trabalhos nos anais do ENPESS de 2018 (XVI), 2022 (XVII) e 2024 (XVIII)

Edição	Total de trabalhos publicados	Descritor	Resultados	Selecionados	Utilizados nos eixos
2018 - XVI	899	Rural	11	3	3
		Agricultor	5	0	0
2022 - XVII	619	Rural	8	3	3
		Agricultor	1	1	1
2024 - XVIII	1168	Rural	9	3	3
		Agricultor	1	1	1
Total			19	8	11

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A partir da realização das leituras dos trabalhos, foi possível identificar similaridades entre os assuntos discutidos nos textos, o que possibilitou a formulação de cinco eixos teóricos. A construção dessas categorias analíticas teve o intuito de sistematizar as discussões a partir dos apontamentos acerca das expressões da Questão Social que incidem sobre a população do campo. Dessa forma, as discussões ficaram divididas em cinco categorias, que foram:

Concentração fundiária: posse e uso da terra e suas refrações na questão social, que visa discutir como a divisão desigual de terras foi a base para o empobrecimento da população do campo;

Condições de vida e trabalho do trabalhador do campo: que visa discutir como as expressões da Questão social precarizam a vida do trabalhador rural;

A mulher camponesa e a subalternização no campo: que versa acerca das discussões sobre a vida da trabalhadora do campo;

Agronegócio: modelo de produção e o aprofundamento das expressões da questão social, discutindo as intercorrências causadas pelo processo de modernização que se configurou no agronegócio e seu impacto na vida do trabalhador do campo;

O acesso da população rural nas políticas públicas: contendo discussões acerca das políticas públicas para a população do campo, a partir das condições em que elas se apresentam no meio rural.

A partir desses eixos de análise, foi possível examinar as principais expressões da Questão Social que incidem sobre a população rural, a partir dos trabalhos selecionados nos anais do CBAS e do ENPESS. A seguir, será problematizado como essas questões fazem parte da estrutura excludente que precariza as condições de vida e trabalho da população do campo.

A partir desses eixos de análises foi possível analisar as principais expressões da Questão Social que incidem sobre a população rural, a partir dos trabalhos selecionados nos Anais dos CBAS e ENPESS. Abaixo será problematizado como essas questões fazem parte da estrutura excludente que precariza as condições de vida e trabalho da população do campo.

3.1 CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA: POSSE E USO DA TERRA E SUAS REFRAÇÕES NA QUESTÃO SOCIAL

O levantamento apontou um número expressivo de trabalhos que discutem sobre concentração fundiária: Silva *et al.*, (2016 - XV CBAS); Engel e Lusa (2016-XV CBAS); Nascimento *et al.* (2016 - XV CBAS); Lusa (2016 - XV CBAS); Barros (2016- XV CBAS); Moreira (2022 - XVII CBAS); Barros (2018 - XVI ENPESS); Sant'Ana (2018 - XVI ENPESS); Silva e Vasconcelos (2018 - XVI ENPESS); Sousa (2022 XVII ENPESS); Becher (2022- XVII ENPESS); Lima (2022 - XVII ENPESS); Lara *et al.* (2024 - XVII ENPESS); Trevisol *et al.* (2024 - XVII ENPESS); e Araújo *et al.* (2024 - XVII ENPESS).

Essas pesquisadoras e pesquisadores direcionam suas discussões acerca das problemáticas que atingem os moradores do campo, de forma a colocar a acumulação de latifúndios como grande marco inicial para a estruturação das desigualdades sociais. Tendo sua fase germinal na acumulação primitiva do capital, a expropriação de terra foi historicamente fundamental para formar o modelo de produção que domina a sociedade atualmente, onde, para além do domínio dos meios de produção, também acontece a expropriação da força de trabalho da classe trabalhadora do campo.

A estrutura fundiária que foi criada é o marco fundamental para a emergência das desigualdades presentes no campo, ao passo em que se criou a concentração de riqueza nas mãos de poucos, enquanto se excluiu a maioria dos camponeses do acesso à terra. Esse cenário

é descrito pelo texto de Sant'Ana et al. (2016, p. 7 - XV CBAS), ao afirmar que “foi em função dessa estrutura violenta que vão estar expressas na fome, na miséria, no sofrimento mental, no desamparo, na perda da capacidade protetiva, no adoecimento, no não acesso à moradia digna, à terra, ao trabalho e à riqueza socialmente construída”.

Dessa forma, podemos pontuar a importância de entender a estruturação do capitalismo no campo, que, a partir do uso e distribuição da terra, vai definir as relações sociais no meio rural, de forma a subalternizar um grande contingente da população do campo.

Em concordância, os textos de Silva et al. (2016 - XV CBAS) e Barros (2016 - XV CBAS) apontam que entender a forma como a terra foi concentrada nas mãos da elite é importante, pois o acesso à terra foi mercantilizado, o que transformou o campo em um espaço de capital rentista, onde a terra foi monopolizada para a obtenção de lucro sem contribuição para a sociedade.

Nesse contexto, o texto de Barros (2016 - XV CBAS) descreve que “a expropriação atinge dois grandes grupos: de um lado, grandes empresas/latifundiários; de outro, categorias de trabalhadores rurais que lutam pela posse da terra (posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros, assalariados, pequenos produtores rurais, outros)”.

Os argumentos postos são fundamentais para entendermos como ocorreu o processo de empobrecimento da população do campo, que não foi algo natural, mas sim produzido a partir desse processo de concentração fundiária.

Os textos de Barros (2016 - XV CBAS); Engel; Lusa (2016 - XV CBAS); Moreira (2022 - XVII CBAS); e Trevisol; Engelbrecht (2024 - XVIII ENPESS) afirmam que a concentração de terra está presente desde a chegada dos portugueses no Brasil e que, com o passar do tempo, juntamente com o processo de modernização que ocorreu no meio rural, ampliou-se cada vez mais o processo de expulsão da população do campo para as cidades urbanizadas.

Como explicado no texto de Trevisol; Engelbrecht (2024 - XVIII ENPESS), a organização e a ocupação do espaço rural ocorreram de forma desigual desde a formação das capitâneas hereditárias, onde se formou uma herança latifundiária que foi expandida com o modelo de produção capitalista.

Em concordância com os trabalhos apresentados, a autora Santos (2013) afirma que foi em nome do progresso capitalista que ocorreu a usurpação de um número considerável de terras, de forma a expulsar os camponeses das áreas onde residiam, retirando sua condição de possuidores.

Dessa forma, o capitalismo desencadeou um processo de expulsão dos camponeses das propriedades do campo, configurando-se nos processos migratórios pelos quais grande parte da população rural se viu forçada a ir morar na cidade. Nesse sentido, o trabalho de Silva; Vasconcelos (2018 - XVI ENPESS, p. 6) corrobora com essa reflexão: “Com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo, a terra passa a se constituir como propriedade privada, do capital ou para o próprio capital”.

Podemos identificar que a estrutura fundiária é discutida nos textos selecionados como principal mecanismo para perpetuar as desigualdades no meio rural. Como apontado no texto de Sant’Ana et al. (2016 - XV CBAS), o êxodo rural é uma consequência dessas desigualdades. Na mesma linha de pensamento, os textos de Silva et al. (2016 - XV CBAS); Nascimento; Carmo (2016 - XV CBAS); Lusa (2016 - XV CBAS); Barros (2016 - XV CBAS); Barros (2018 - XVI ENPESS); e Lima (2022 - XVII ENPESS) também apontam que a desigualdade na estrutura fundiária gerou o êxodo rural, uma das expressões da Questão Social mais perceptíveis vivenciadas pelos camponeses.

É nesse contexto que a autora Nascimento (2022) explica como ocorreu o avanço do capitalismo no campo, produzindo paisagens de desertos verdes de monoculturas e tecnologias, característica da produção extensiva dessa região. Esse processo é apresentado como responsável pelo empobrecimento que leva o trabalhador camponês a migrar para a cidade em busca de melhores condições de trabalho.

Os estudos apontam que, com o êxodo rural, desencadeou-se um esvaziamento do campo e um aumento desordenado das grandes cidades, criando mais expressões da Questão Social que atingem o camponês ao se deslocar para os grandes centros urbanos. Como cita Lusa (2016 - XV CBAS), os camponeses que foram para a cidade, em grande maioria, ocupam as periferias, perdendo sua identidade como trabalhadores do campo e ficando em uma realidade de vulnerabilidade econômica e social.

Tal situação ocorre porque esses trabalhadores passaram a vida em atividades relacionadas à agricultura, e, quando chegam à cidade, a realidade é totalmente diferente, pois no meio urbano os trabalhos são organizados de modo a exigir habilidades distintas, muitas vezes submetendo-os à condição de operários. Essa realidade, como cita Araújo et al. (2024 - XVIII ENPESS), faz com que muitos não consigam ter acesso a direitos sociais, o que precariza ainda mais suas vidas.

A respeito da modernização do campo, no texto de Trevisol; Engelbrecht (2024 - XVIII ENPESS), é descrito que o processo de modernização fez com que a produção agrícola

se tornasse cada vez mais dependente de máquinas, o que diminuiu a demanda pela mão de obra do trabalhador do campo, o qual se tornou necessário, na maioria das vezes, para manusear os maquinários utilizados.

Isso ocorre porque, como cita Chimini (2021, p. 45), as etapas de desenvolvimento do sistema capitalista ocorreram concomitantemente ao processo de industrialização, de informatização e de robotização, deixando o trabalho humano com uma parte muito pequena do processo.

Nesse sentido, os textos de Barros (2018 - XVI ENPESS) e Sousa (2022 - XVII ENPESS) afirmam ser aparente que a modernização esconde a concentração de terra e a exclusão social no campo, visto que o aumento da concentração fundiária, característica do agronegócio, expulsa os camponeses de suas terras, causando a migração camponesa, principalmente da juventude.

Essa é uma colocação importante para não vermos o processo de modernização da agricultura como algo que trouxe alguma melhora para o trabalhador do campo, pois, ao se modernizar, os comandantes da agricultura patronal não buscaram facilitar a vida dos trabalhadores, mas, na verdade, somente ampliar o lucro, onde, em um determinado momento, se viu que as máquinas aumentariam o lucro, ao passo em que elas poderiam produzir muito mais que o trabalhador, tornando, assim, mais vantajoso comprar uma máquina que vai produzir mais que a mão de obra dos trabalhadores.

A partir do exposto, fica evidente que as dinâmicas que precarizam as condições de vida e trabalho do trabalhador do campo têm raiz histórica, construída a partir da expropriação da terra, uma das principais causas do êxodo rural, pois, como colocado no texto de Araújo et al. (2024 - XVIII ENPESS), com a chegada da burguesia os camponeses foram sendo obrigados a vender suas propriedades para o desenvolvimento do agronegócio, o qual se tornou o modelo de produção hegemônico no campo, definido a partir da agricultura patronal.

A forma como se desenvolve o capitalismo no campo criou e aprofundou as desigualdades presentes na vida dos trabalhadores do meio rural, onde algumas atingem essa população de maneira semelhante ao trabalhador urbano, como exemplo o desemprego, e desigualdades que são vivências particulares do trabalhador do campo, como exemplo o adoecimento causado pelo uso do agrotóxico.

Além do êxodo rural, existem várias outras problemáticas evidenciadas no meio rural, pois, como apontado pelos textos de Silva et al. (2016 - XV CBAS), Nascimento; Carmo (2016 - XV CBAS) e Lusa (2016 - XV CBAS), a concentração de terra e riqueza é responsável

por produzir pobreza e miséria, a partir da forma como a classe burguesa se contrapõe à classe trabalhadora.

Sendo a terra o meio de produção mais importante da agricultura, o acesso a ela foi monopolizado, ficando, assim, ao alcance de uma minoria, tornando-se a raiz da pobreza rural, pois é o fator crucial para que a burguesia domine os trabalhadores do campo, deixando-os subordinados aos interesses do capitalismo.

Assim, podemos entender que a pobreza e as desigualdades sociais no meio rural são consequências da estrutura fundiária imposta no desenvolvimento do campo, que produz uma massa de trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para obter o mínimo de condições para manter sua subsistência e a de sua família.

Nesse sentido, o trabalhador se torna mercadoria; existem diversas condições que são criadas para o trabalhador se tornar mercadoria para o possuidor do dinheiro, as quais são a criação de dependência da parte do trabalhador, que o obriga a vender sua força de trabalho por conta da ausência dos meios de produção que produzam sua subsistência de forma independente.

Nesse contexto, o sistema capitalista precisou do trabalhador livre e sem o alcance de meios para produzir sua subsistência para ser explorado, pois, como citam os textos de Moraes et al. (2024 - XVIII ENPESS) e Barros (2018 - XVI ENPESS), mesmo com o fim da escravidão, o capitalismo buscou formas de explorar o trabalhador.

O capitalismo vai se atualizando para gerar o capital excedente em escala cada vez maior, causando inúmeros problemas que vão acometer, de forma latente, o proletariado, como aponta o trabalho a seguir:

O resultado deste processo é a expropriação de um grande contingente de pequenos proprietários que vai engrossar as fileiras do exército industrial de reserva nas cidades por não encontrarem mais espaço para a realização de sua atividade no campo. Ou mesmo, vai passar a vender parcialmente a sua força de trabalho pelo período em que as grandes fazendas não realizarem suas colheitas (Silva et al., p. 7, 2016 – XV CBAS).

Portanto, como analisado nos textos, os trabalhadores do campo, separados dos seus meios de produção, ficam sem saída, a não ser vender sua força de trabalho para conseguir levar o mínimo de condições de subsistência para a família, dessa forma ficando sujeitos a inúmeras situações de desproteções sociais.

Como citam o texto de Trevisol e Engelbrecht (2024 - XVIII ENPESS), que tem como foco problematizar o modo de produção capitalista, quando o trabalhador do campo não

se adequa às normas vigentes do modo de produção presente no campo, acaba perdendo sua propriedade e passando a ter somente sua força de trabalho para produzir sua subsistência, se tornando assim o capital humano dentro do ciclo de produção capitalista.

Os trabalhadores que continuam donos de seus meios e continuam tendo a posse dos seus meios de subsistência são classificados atualmente como agricultores familiares. Os textos demonstram que esses agricultores familiares não estão livres das mazelas advindas do sistema capitalista e acabam vivenciando outras expressões da questão social, pois, como apontam Trevisol e Engelbrecht (2024 - XVIII ENPESS), eles também estão em condições de explorados, porém de forma diferenciada daqueles que precisam vender sua força de trabalho para a agricultura patronal.

Em quase todos os textos é exposto o papel da concentração fundiária na formação da Questão Social do campo, onde, por mais que ela seja uma expressão do embate capital x trabalho, ela também é uma peça-chave para o acúmulo de riqueza por ser o meio de produção mais importante do sistema capitalista.

Dessa forma, de acordo com Stedile (2012), podemos apontar a concentração fundiária como a base fundadora das desigualdades no campo, onde ocorreu uma monopolização dos recursos e do poder, que teve início desde a colonização e se mantém até os dias atuais.

Em concordância com as reflexões feitas, Almeida (2000) sinaliza que os indivíduos já nascem dentro dessa estrutura desigual, onde suas condições de vida vão depender da herança histórica que a sua classe social vai ofertar.

Nesse sentido, alguns vão nascer com todo o suporte necessário para dar continuidade às reproduções das desigualdades, a partir da posse de propriedades que foram deixadas como herança do sistema capital, enquanto outros nascem sem condições de reprodução nem mesmo da sua existência, sem precisar vender sua força de trabalho para aqueles que já nasceram com os meios de produção que possibilitem a exploração do trabalhador para dar continuidade também ao acúmulo de riqueza a partir das modernizações das formas de produção.

3.2 CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DO TRABALHADOR DO CAMPO

Um número de trabalhadores resiste e continua no campo, por mais que todo o processo de concentração fundiária tenha juntado esforços para expulsar essa população desse espaço. Nesse sentido, todos os textos selecionados nos anais problematizam as condições de vida e trabalho dos que compõem a agricultura familiar, ou daqueles que vivem sem o alcance de terras para produzir sua própria subsistência e necessitam vender sua força de trabalho.

Ficou evidente que, por mais que essas duas categorias de trabalhadores nem sempre fossem afetadas pelas mesmas expressões da Questão Social, ambas continuam sendo impactadas pelos prejuízos que o modelo de produção agrícola guiado pelo crivo do capitalismo produz.

Nessa perspectiva, Castel (2007) descreve que o trabalhador rural que realiza seu trabalho no campo em regime familiar acaba sendo excluído de muitos direitos por conta da falta de efetivação da legislação, ficando assim exposto a diversas formas de precarização que o tornam ainda mais vulnerabilizado ao ser colocado em situações que ameaçam sua capacidade laboral.

De acordo com os textos de Soares (2016 - XV CBAS) e Souza et al. (2022 - XVII ENPESS), a agricultura familiar surgiu como uma alternativa ao latifúndio e à monocultura, porém ela acaba enfrentando desvantagens por conta das relações de poder que incidem nessa dinâmica no mundo rural.

Como vimos no capítulo anterior, isso se dá pelo domínio da agricultura patronal, que tem mais investimento e recebe mais apoio do Estado brasileiro. Como cita Lusa (2016 - XV CBAS), por mais que a agricultura familiar se mostre mais eficiente que a patronal, acaba recebendo investimentos menores.

Segundo Sant'Ana et al. (2016, p.7 - XV CBAS), o Plano Nacional de Agronegócio evidencia essa problemática ao mostrar que o foco de investimento nunca foi a agricultura familiar, mas é, na verdade, focado em investir em mercados *commodities*.

O trabalho de Becher e Cordeiro (2022 - XVII ENPESS) aponta que existe uma disparidade na forma como o governo destina recursos para o investimento da agricultura. Ficou visível que, quando o investimento é para a agricultura patronal, é tratado como políticas agrárias; porém, quando se trata de políticas destinadas à agricultura familiar, elas transparecem como uma política mais de cunho social.

A falta de investimento para a agricultura familiar descreve um cenário de injustiça social, onde ocorre a desvalorização da atuação dos camponeses na produção agrícola. Nesse sentido, Wanderley (2004) afirma que, historicamente, o trabalhador do campo vem contribuindo para os avanços na sociedade, porém essa contribuição não é reconhecida.

Além disso, como expõe o texto de Silva et al. (2016 - XV CBAS), os agricultores familiares são prejudicados pelos proprietários que, ao produzirem em larga escala e receberem investimentos, acabam ditando o preço do que é produzido, criando desta forma um padrão que é difícil para os pequenos agricultores alcançarem.

Esse processo prejudica os pequenos agricultores, que não conseguem recursos suficientes para modernizar sua linha de produção agrícola. Por conta disso, os textos de Silva et al. (2016 - XV CBAS) e de Sousa (2022 - XVII ENPESS) explicam que o pequeno produtor acaba muitas vezes contraindo dívidas, que se dão a partir da aquisição de empréstimos com juros tão elevados que impedem que o agricultor consiga pagar, fazendo com que ele tenha a necessidade de vender sua propriedade a fim de quitar a dívida, o que causa uma maior subordinação às manobras do capitalismo. O recorte de trabalho a seguir retrata esse cenário:

Apesar da sua terra não ser de uso capitalista, quando contraiu um empréstimo, por exemplo, o camponês passa a manter com a sua propriedade uma relação que é determinada pelo capital, pois o valor do seu produto vai se realizar sob a forma fetichizada de juros bancários. Assim, o camponês paga a renda da terra ao capital (Silva et al., 2016, p. 7).

Dessa forma, o agricultor familiar fica subordinado ao capital financeiro, pois o produtor fica cada vez mais comprometido a ter sua produção seguindo a lógica do mercado e do sistema capitalista, porém isso não quer dizer que ele transformará sua propriedade em monopólio, porque, ao contrário disso, o lucro vai ser destinado a custear os juros altíssimos dos empréstimos.

Assim, o trabalhador vai entregar a renda para o capital, o qual, de acordo com os textos de Silva et al. (2016 - XV CBAS) e Barros (2016 - XV CBAS), vai se valorizar através da exploração do produtor, com que ele saia da lógica camponesa que é produzir para o consumo familiar e vender o excedente, onde, por mais que o produtor continue em suas terras, vai ter sua produção destinada aos interesses do capitalismo.

Essa problemática só demonstra que, mesmo quando o agricultor tem seus meios de produção, ele não está livre da dominação do capital, pois, quando ele vai pagar as dívidas do empréstimo, é a partir dos juros que ele vai gerar lucro para o capital rentista.

Em relação aos endividamentos dos pequenos produtores rurais, o texto de Trevisol; Engelbrecht (2024 - XVIII ENPESS) cita que a forma como os agricultores precisaram se submeter à tecnificação para fazer parte da modernização do campo se alarga no período da Revolução Verde, que levou os camponeses a dependerem das empresas globais detentoras da tecnologia.

Essa dita revolução acabou por ampliar as desigualdades no meio rural, pois, de acordo com Campanolla e Macedo (2022, p. 5), as tecnologias e práticas da Revolução Verde incentivaram a agricultura industrial em larga escala em detrimento dos pequenos agricultores, o que ocasionou o aumento da pobreza desses agricultores, que acabaram vendendo suas terras para grandes empresas agropecuárias.

Já a categoria de trabalhadores que não possui os meios de produção e vende sua força de trabalho vai enfrentar outras problemáticas, como, por exemplo, a vulnerabilidade econômica, que é desencadeada por inúmeros motivos, entre eles a sazonalidade dos trabalhos em lavouras. Nesse sentido, o texto de Moraes et al. (2024 - XVIII ENPESS) cita que a vulnerabilidade socioeconômica leva o trabalhador a aceitar trabalhos em situações insalubres.

O estudo de Neto (2019 - XVI CBAS) discute as condições de vida e trabalho dos camponeses que vendem sua força de trabalho para a agricultura cafeeira, a partir da entrevista de 12 trabalhadores dos cafezais, onde, por conta da ausência de legislações que garantam um salário justo para o trabalhador, o proprietário se vê livre para escolher a forma de pagamento.

O texto aponta que o valor recebido vai depender do que é produzido, onde o trabalhador vai precisar se esforçar cada vez mais fisicamente, na tentativa de aumentar sua produção para, dessa forma, aumentar seu salário, de forma que acaba muitas vezes prejudicando a saúde por conta da exaustão física e mental que o trabalho vai causar. Além disso, ainda tem a questão de o trabalho ser sazonal, o que faz com que a renda não seja fixa. Essa questão aponta para uma expressão da Questão Social que é evidenciada tanto no meio urbano quanto no rural, que é o desemprego.

O texto de Neto (2019 - XVI CBAS) também aborda a origem de algumas denominações dadas aos trabalhadores dessas lavouras, que até mesmo migram de uma cidade a outra, que são chamados de volantes, pau de arara e boia-fria. Uma descrição importante é feita para justificar essa designação desses nomes, que está ligada à condição de trabalho que os trabalhadores vivenciam.

O nome boia-fria está ligado à alimentação que os trabalhadores costumam levar de casa para as lavouras; ao levar a marmita pronta para o almoço, quando chega no horário de

comer, já está fria. Já o nome pau de arara está relacionado à forma como esses trabalhadores são transportados até o locus do trabalho, que é feita sem nenhuma segurança; de acordo com o texto, os passageiros precisam seguir no transporte em pé, o que remete às formas que as araras eram transportadas, por isso o nome “pau de arara”.

Tudo isso demonstra a precariedade que esses trabalhadores do corte da cana estão inseridos, onde a contratação ocorre de forma irregular e sem amparo de legislação trabalhista, com jornadas de trabalho exaustivas, não dispendo de segurança alimentar e espaços para realizações de necessidades básicas, como banheiros. Os alojamentos onde ficam para pernoitar também são inadequados.

Os documentos pessoais desses trabalhadores ficam retidos na administração das usinas e ocorre uma servidão por dívida, fazendo com que esses trabalhadores vivenciem condições análogas à escravidão. Isso ocorre como cita Moraes et al. (2024 - XVIII ENPESS):

a mão de obra escrava faz parte da história da economia brasileira, mesmo com a abolição desta, tal violação de direitos ainda persiste na sociedade atual, por meio do modus operandi do Capital, ao passo em que ele busca novas formas de exploração da mão de obra do/a trabalhador/a.

Em relação a essa precarização, o texto de Moraes et al. (2024 - XVIII ENPESS) vai apontar que os espaços onde mais se encontram trabalhadores em situação análoga à escravidão são em locais de cultivo de cana-de-açúcar e café, em que, de acordo com o texto, os fatores que contribuem para essa violação de direitos são o isolamento geográfico e social que dificultam a fiscalização ou até que mesmo os trabalhadores busquem ajuda.

O texto conclui falando que o trabalho análogo ao de escravos é um problema de saúde pública, onde é apontado que entre os trabalhadores resgatados se destacam os homens pretos e pardos, com idade entre 18 e 24 anos e com baixa escolaridade.

A baixa escolaridade está relacionada quase que majoritariamente à necessidade de abandonar a escola para trabalhar e ajudar no sustento da família. Os textos de Santos e Souza (2019 - XVI CBAS) e de Souza et al. (2022 - XVII ENPESS) resgatam essa realidade, ainda que não se aprofundem na discussão.

O trabalho infantil é citado nos textos sem colocar a responsabilidade unicamente na família; essa releitura da realidade é fundamental para relacionar o trabalho infantil à evasão escolar como causa dos processos de desigualdades postas para essa população. Em concordância, o autor Bezerra (2021, p.125): “por longas datas, em razão das desigualdades e do imperativo da luta pela sobrevivência, esses trabalhadores foram impedidos do acesso à educação”.

Como aponta o texto de Neto (2019 - XVI CBAS), o baixo nível de escolaridade vai potencializar a exploração dos trabalhadores por diversos motivos. O autor relaciona essa problemática à ausência dos pais na vida escolar dos filhos, que se dá pelas longas jornadas de trabalho enfrentadas diariamente e que impossibilita eles terem tempo para acompanhar a trajetória acadêmica dos filhos.

Ainda em relação à juventude rural, o trabalho de Cançado et al. (2016 - XV) vai discutir que as expressões da Questão Social se desdobram na forma como os jovens rurais acessam substâncias psicoativas, sendo esse fenômeno uma forma de escapar da realidade de subalternização em que eles se encontram. Dessa forma, quando um jovem se torna usuário de substâncias psicoativas, não se pode ler essa realidade sob uma ótica moralizadora, pois, como destaca a autora, é preciso compreender os processos em que esses indivíduos estão imbricados.

Ficou evidente que o trabalhador rural vem sofrendo com os rebatimentos frutos do sistema capitalista em várias dimensões de sua vida e trabalho e em diferentes contextos. Apesar de existirem diferentes categorias de trabalhadores do campo, é possível apontar que todos vão ser expostos às precarizações nas suas condições de vida e trabalho, que se apresentam em contornos diferentes, mas que trazem manifestações das expressões da Questão Social.

Outros problemas que os trabalhadores do campo acabam enfrentando estão relacionados às barreiras para o alcance de serviços públicos, por conta de a centralização dos serviços estar majoritariamente nos grandes centros urbanos. É possível constatar que a população do campo acaba tendo um alcance restrito a inúmeras políticas públicas por inúmeros fatores, que vão para além das barreiras geográficas, pois muito se relaciona às formas que os serviços públicos são pensados para que haja sua efetivação.

Nesse contexto, Wanderley (2004) aponta que o meio rural se tornou um espaço de precariedade social, onde os habitantes necessitam se dirigir à cidade sempre que demandam acessar serviços; portanto, os moradores das zonas rurais acabam enfrentando restrições para acessar inúmeros serviços que são centralizados nas cidades.

Um exemplo dessa restrição é discutido no texto de Ximenes (2022 - XVII ENPESS), que dialoga sobre os desafios que a população rural enfrenta para acessar a política de saúde, de forma a sinalizar a necessidade de discutir essas complexidades da realidade do rural brasileiro.

A problematização central do seu trabalho está ancorada na afirmação de que o conceito de ruralidade utilizado para a formação de políticas públicas não condiz com a realidade da população rural, o que causa uma invisibilização de suas demandas. Assim, a

autora acentua que o lugar do conceito de ruralidade adotado dificulta a população rural de acessar as políticas de saúde de forma integral:

muito disso se deve ao fato de que o conceito de ruralidade utilizado hoje é insuficiente para abranger a imensa complexidade da realidade rural brasileira e a escassez de debate na área da saúde sobre essa questão, principalmente nos centros urbanos, contribui para reforçar a dificuldade de acesso das populações rurais a uma política pública de saúde de qualidade (Ximenes, 2022 - XVII ENPES).

Desse modo, o texto de Ximenes (2022 - XVII ENPES) traz luz para uma discussão muito importante, que é o alcance concreto da população rural à saúde de qualidade, onde se percebe a ausência da população rural em equipamentos de saúde que ofertam serviços mais especializados.

Assim, o texto aponta que essas disparidades não são colocadas como um problema e reforça que essa questão seja debatida para que estratégias sejam criadas para solucioná-las. Essa questão não está ligada somente à política de saúde, mas a todas as políticas públicas em geral, como é o exemplo da política de assistência social, que, por mais que tenha sua localização em todos os municípios e que preze pela abrangência dos territórios, mesmo assim falha com os usuários que têm residências mais afastadas das sedes dos municípios.

A partir do exposto até o momento, é possível ver, através das discussões dos textos selecionados, que os trabalhadores do campo vivenciam inúmeras expressões da Questão Social que precarizam suas condições de vida e trabalho. Ter uma propriedade, como no caso dos trabalhadores da agricultura familiar, que é a peça fundamental para a produção de sua existência, não os livra das desigualdades presentes no campo.

No caso de trabalhadores que vendem suas forças de trabalho, esses ficam ainda mais expostos a outras mazelas, pois, além de terem cargas de trabalho exaustivas, muitas vezes não recebem o suficiente para garantir as necessidades básicas, como alimentação e moradia. O trabalho de Moreira (2022 - XVII CBAS) aponta que os trabalhadores rurais muitas vezes não conseguem custear nem mesmo a sua moradia, o que os leva a precisar da política de habitação e, para além disso, vão enfrentar vários obstáculos que impedem que eles acessem outros bens e serviços.

A população rural desde sempre vivencia uma desproteção social que deixa nítido o quanto o Estado falha no trato dessas expressões da Questão Social. Nesse sentido, a precarização na vida dos camponeses é algo produzido pelo sistema de produção capitalista entrelaçado às dinâmicas do agronegócio e à desproteção estatal, e fica visível em muitos aspectos na vida desse grupo, seja pelos adoecimentos causados pelos usos de agrotóxicos, pela

exploração de sua força de trabalho que os deixa em condições análogas à escravidão, pelo desemprego, pelo acesso restrito a bens e serviços, e várias outras desigualdades.

Esse panorama apresentado de algumas expressões da Questão Social que incidem na vida dos agricultores possibilita, de alguma forma, conhecer e se aproximar dessa realidade a partir de um olhar crítico, e esse movimento se torna peça-chave para entender o porquê de tanta pauperização no meio rural.

Portanto, é de suma importância dialogar sobre essas temáticas e não simplesmente ver essas áreas rurais como lugar de atraso, como é feito muitas vezes, pois a existência desses problemas não se justifica nas ações individuais dos camponeses, mas sim por todas as consequências que a influência do capitalismo nos meios de produção agrícola, junto com a negligência do Estado frente à garantia de direitos dessas pessoas, promove.

3.3 MULHERES CAMPONESAS: DESIGUALDADES, INVISIBILIDADE E SUBALTERNIZAÇÃO NO MEIO RURAL

Ao analisar todos os textos selecionados, é possível apontar que existe uma carência de discussões relacionadas às mulheres trabalhadoras do campo, e isso só demonstra o quanto a existência e o protagonismo dessas mulheres ainda continuam sendo invisibilizados também no meio rural.

Logo, só foi possível identificar menções diretas sobre as condições de vida das mulheres camponesas nos textos de Nascimento et al. (2016 - XV CBAS); Souza et al. (2022 - XVII ENPESS); e Souza (2022 - XVII ENPESS), sendo este último o único que tem como objetivo discutir como a mulher está inserida na agricultura familiar.

O texto de Nascimento et al. (2016 - XV CBAS) vai abordar de forma breve a hierarquização de gênero, a qual se expressa na soberania do homem a partir do seu detrimento de poder sobre a mulher, a qual é colocada como o sexo frágil.

O texto acentua o silenciamento e apagamento dessas mulheres, que são impossibilitadas de terem voz ativa, mina sua independência e segue reforçando a necessidade de reconhecer os direitos não apenas do trabalhador, mas também das trabalhadoras rurais. Tal desigualdade se perpetua ancorada no sistema patriarcal que, vinculado ao sistema capitalista, forjou a divisão técnica do trabalho que definiu os papéis destinados ao homem e à mulher.

Já os textos de Souza et al. (2022 - XVII ENPESS) e Souza (2022 - XVII ENPESS) fazem uma discussão que problematiza de forma mais aprofundada a desigualdade de gênero,

de forma a pontuar que o reconhecimento de uma atividade agrícola continua sendo predominantemente masculino.

O texto de Souza et al. (2022 - XVII ENPESS) explana que existe uma disparidade até mesmo na taxa de alfabetização no campo, onde a taxa de analfabetismo entre as mulheres é maior em relação à dos homens; esse dado demonstra mais um aspecto das desigualdades de oportunidades no campo. A predominância do homem em trabalhos agrícolas é resultado de um desenvolvimento histórico que tem como produto as inúmeras disparidades que se apresentam na forma que ocorrem os processos de trabalho do agricultor e da agricultora familiar.

Castel (2007) vai descrever como se dá a divisão técnica do trabalho a partir do gênero, onde o trabalho da mulher é vinculado ao cuidado da família, ou seja, o trabalho de ajuda que é abstrato, de forma a não ser considerado um trabalho para o sistema capitalista. O autor também destaca que o trabalho da mulher se torna invisível, tornando-se a mulher escrava do sistema

Semelhante a isso, o texto de Souza (2022, p. 11 - XVII ENPESS) cita que “o campo mantém fortemente as práticas culturais patriarcais e a divisão de papéis, condicionando a mulher, na esmagadora maioria das vezes, às atividades domésticas e ao cuidado dos filhos”.

Logo, é possível identificar que as desigualdades de gênero continuam moldando a vida das mulheres na sociedade, de forma a subalternizá-las em todos os espaços sociais. Em relação à mulher agricultora, essa realidade faz com que as condições de vida e trabalho no campo sejam mais precarizadas do que as do homem.

Em concordância, Souza et al. (2022 - XVII ENPESS) vão apontar que é atribuído à mulher o papel do cuidado, onde elas precisam se responsabilizar pelas atividades domésticas e serem submetidas aos maridos, e isso está em um contexto em que muitas vezes as mulheres vivenciam uma dupla jornada de trabalho, pois exercem atividades agrícolas e domésticas.

Além disso, as mulheres se casam muitas vezes com o intuito de escapar de um contexto de submissão paternalista e controle da comunidade, porque a figura feminina tem suas ações vigiadas pela sociedade, de forma a haver julgamentos quando não seguem os padrões impostos a elas; porém, ao casar-se, essa realidade não muda.

Em relação à mulher na agricultura familiar, o texto de Souza (2022 - XVII ENPESS) traz contribuições importantes acerca da participação feminina na condução da propriedade da agricultura familiar, pois levanta dados sobre as diferenças econômicas e de acesso ao mercado de famílias produtoras que têm como referência a mulher.

O texto demonstrou que, em relação ao acesso à assistência técnica, ao crédito fundiário, à mecanização da lavoura, aos meios de comercialização e a programas de pesca artesanal, as mulheres vêm tendo um percentual menor de acesso, o que leva à discussão de como as políticas públicas vêm sendo pensadas sob a perspectiva de gênero.

Souza (2022 - XVII ENPESS) afirma que, em relação aos levantamentos feitos no estado do Rio de Janeiro, existem ações afirmativas para o público feminino que vêm levando mais protagonismo para a mulher agricultora, porém esse processo não ocorre de forma expressiva.

Nesse sentido, é possível perceber que a existência de ações afirmativas, que têm o papel de incluir a mulher nas políticas públicas para a agricultura, ainda não está dando conta de se aproximar de uma equiparação entre o trabalhador e a trabalhadora do campo.

Isso pode estar ocorrendo por vários motivos; uma das possíveis barreiras é a forma como as informações sobre essas ações afirmativas vão circular nas comunidades do campo, mas com certeza não se restringe a isso, logo é preciso que essas barreiras sejam identificadas para buscar formas de superá-las.

Nesse sentido, ao refletirmos sobre as condições de vida e trabalho das trabalhadoras do campo, a partir dos estudos das autoras Nascimento et al. (2016 - XV CBAS), Souza et al. (2022 - XVII ENPESS) e Souza (2022 - XVII ENPESS), fica evidente a desvalorização que essas trabalhadoras vivenciam enquanto trabalhadoras do campo, de forma a invisibilizar as contribuições que vêm tendo na produção e reprodução da vida social nos espaços rurais. O resultado dessa realidade de subalternização e invisibilização vai se manifestar em um menor percentual de participação das mulheres como responsáveis pelos empreendimentos de agricultura familiar.

Cordeiro (2007, p. 458) afirma que “apesar dos avanços legais, as mulheres na América Latina têm menos probabilidade de ter sua própria terra do que os homens e, quando têm, suas propriedades são menores”.

A afirmação feita pela autora demonstra diretamente como a mulher foi excluída do direito à posse de propriedade; essa realidade não foi discutida nos trabalhos selecionados, por mais que a questão de concentração de terra tenha sido bastante discutida, não se pensou nos rebatimentos nas condições de vida das trabalhadoras rurais, que além de sofrerem com a precarização causada pelo capitalismo, ainda terão que vivenciar essa realidade também em uma sociedade patriarcal.

Logo, é possível concluir que existe uma carência em relação às discussões que se debruçam para estudar as incidências das expressões da Questão Social na vida das trabalhadoras rurais, de modo que as breves discussões feitas não dão conta de destrinchar essas complexidades.

3.4 AGRONEGÓCIO: MODELO DE PRODUÇÃO E O APROFUNDAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

De acordo com Nascimento (2025), o agronegócio é o setor da agricultura que é orquestrado pelo modo de produção capitalista e que causa inúmeros prejuízos não só para a população do campo, mas para toda a sociedade.

A partir dessa realidade, os textos de Sant'Ana et al. (2016 - XV CBAS), Lusa (2016 - XV CBAS), Barro (2018 - XVI ENPESS), Sousa (2022 - XVII ENPESS), Becher e Cordeiro (2022 - XVII ENPESS); Trevisol; Engelbrecht (2024 - XVIII ENPESS); Araújo et al. (2024 - XVIII ENPESS) e de Souza et al. (2022 - XVII ENPESS), vão abordar as intercorrências causadas por esse modo de produção, de forma a relatar como o agronegócio, sendo composto pela agricultura patronal, vai modificar a vida dos trabalhadores do campo, prejudicando não somente as condições de vida e trabalho dos trabalhadores, mas também o meio ambiente.

Estruturado por toda a monopolização dos meios de produção, principalmente a terra, que se configurou no latifúndio, e por todo o fomento do Estado para que houvesse sua expansão. Nesse sentido, o texto de Beche e Cordeiro (2022 - XVII ENPES) descreve que

O agronegócio, caracterizado pela agricultura mecanizada e por proporcionar alta produtividade em comparação ao que é produzido por um trabalhador na agricultura familiar camponesa, por responder de modo mais rápido às necessidades do lucro, representa hoje um setor de grande importância para a economia brasileira, porém, como é de conhecimento público e de comprovação científica, o agronegócio degrada o meio ambiente, produzindo impactos pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes. (Becher; Cordeiro, 2022, - XVII ENPESS,p.2)

Nesse contexto, o texto de Barros (2018 - XVI ENPESS) aponta que o capitalismo se consolidou a partir do agronegócio com o desenvolvimento das relações que perpetuaram a concentração fundiária, dominação dos recursos naturais e a apropriação da força de trabalho. Logo, podemos perceber a estrutura do agronegócio como a materialização do capitalismo no campo.

O agronegócio se desenvolveu a partir do processo de modernização que ocorreu no meio rural, o qual provocou mudanças no modelo de produção no campo que desencadearam

a maioria das mazelas que prejudicam o trabalhador rural. Dessa forma, podemos perceber, a partir do que o texto de Becher e Cordeiro (2022 - XVII ENPESS) traz, que, ao se adotar novas tecnologias para o aprimoramento dos meios de produção, com o intuito de aumentar a escala de produção, o trabalho produtivo foi se tornando cada vez mais complexo, tornando necessário, para os agricultores, o investimento em novos conhecimentos para se enquadrarem na nova forma de cultivo. Tal processo de modernização, que se adotou essas novas formas de produção, ficou conhecido como Revolução Verde, que, de acordo com Campanhola e Macêdo (2022):

Priorizou a adoção de pacotes tecnológicos lastreados no uso de sementes melhoradas geneticamente, de alto desempenho, dependentes do uso de agroquímicos e outras práticas de manejo para o aumento da produtividade de lavouras e criações. São sistemas produtivos intensivos em capital que excluíram a grande maioria dos pequenos agricultores familiares, por não terem acesso ao crédito e às inovações tecnológicas adequadas e por estarem mais sujeitos aos riscos climáticos e incertezas de mercado (Campagnolla e Macêdo, 2022).

Foi possível perceber que uma das características mais marcantes dessa cadeia produtiva é o forte vínculo com o mercado externo, que, de acordo com os textos Sant'Ana et al. (2016 - XV CBAS) e Sant'Ana (2016 - XVI ENPESS), Trevisol e Engelbrecht (2024 - XVIII ENPESS) e Araújo et al. (2024 - XVIII ENPESS), o agronegócio domina a propriedade rural com o financiamento de corporações estrangeiras.

Logo, como cita o texto de Sousa (2022 - XVII ENPESS), o modelo agrário-agrícola brasileiro, que corresponde atualmente à aliança entre o capital nacional e o capital internacional, resulta da união dos capitalistas latifundiários exportadores nacionais e das empresas transnacionais que controlam o mercado agrícola mundial.

Uma das inovações que modificam a forma de cultivo trazida pela modernização foi o uso de agrotóxico, o qual trouxe inúmeros rebatimentos para o meio rural. Dessa forma, os autores Sant'Ana e Masson (2018) expõem que a modernização no campo veio com a proposta de melhorar a produção na monocultura agroexportadora, onde o cultivo ocorre em grandes extensões de terra, com o uso de equipamentos e agrotóxicos que prejudicam o solo, trazendo assim sérios rebatimentos para o meio ambiente.

De acordo com o texto de Sousa (2022 - XVII ENPESS), o agronegócio tem repercussão negativa nas condições de vida e trabalho dos agricultores, pois causa o desemprego que é atrelado a essa modernização, também acarretando a sazonalidade. Sobre esse fenômeno da sazonalidade, não conseguimos ver uma discussão mais direcionada, apenas se fala das condições precárias que os trabalhadores, denominados volantes, enfrentam

trabalhando na cafeicultura, debate apresentado no texto de Neto (2019 - XVI CBAS). Em outros trabalhos vemos uma discussão dos problemas causados pelo agronegócio que são atrelados aos usos de agrotóxicos.

De toda forma, podemos apontar que o desenvolvimento desse meio de produção, que se moldou em agronegócio, está presente nas discussões sobre a precarização na vida dos trabalhadores do campo, mesmo que não seja citada diretamente, pois, quando os autores falam da agricultura patronal e de como a agricultura familiar acaba sendo prejudicada e colocada como subdesenvolvida, por muitas vezes não conseguir se enquadrar nessa mesma lógica de modelo de produção, vai estar ligada diretamente ao agronegócio, pois o mesmo é o fruto de todo o processo de concentração de terra e riqueza nas mãos dos ruralistas.

Esses são os grandes beneficiários de toda a expansão que ocorreu nesse setor agrícola, tendo como um forte aliado o Estado, que foca no lucro que ele produz para o país, de forma a contribuir para o PIB.

Nos textos de Silva et al. (2016 - XV CBAS), Sousa (2022 - XVII ENPESS); Becher e Cordeiro (2022 - XVII ENPESS) e Moraes et al. (2024 - XVIII ENPESS), é apontado que existe uma aliança entre o Estado e os ruralistas com o intuito de contribuir para a hegemonia da burguesia do campo.

O Estado criou estrategicamente mecanismos para privilegiar uma classe em detrimento da outra, como, por exemplo, desregulamentando os direitos trabalhistas. Assim, o Estado foi uma peça do capitalismo para a concentração de riqueza, tudo isso a partir do discurso que busca justificar as ações por parte do governo, por meio da falsa ideia de busca pela modernização, dessa forma tentando esconder o seu papel como colaborador dos interesses das oligarquias agrárias. Nesse contexto, o texto de Sousa (2022 - XVII ENPESS) aponta que

Outra importante organização nesta articulação, é a representação dos interesses dos latifundiários nas instâncias deliberativas, como os lobistas e a bancada ruralista presentes na Câmara e no Senado Federais. Tem-se ainda o Poder Judiciário como grande aliado, visto que muitos de seus membros são também fazendeiros (Sousa, 2022, p. 8).

Por conta da forma que o agronegócio vem tendo o aparato do Estado e pelo lugar que ele ocupou no capitalismo mundial, muitos discursos são feitos para colocá-lo como um lugar de empreendimento que traz benefícios para a população, como, por exemplo, mais emprego, pois, como visto nas discussões dos textos, o que se pode observar é o oposto disso, pois até mesmo diminuir o número de trabalhadores com o uso de máquinas é um mecanismo para ampliar o lucro.

Nesse sentido, Almeida (2000) afirma que o Estado fortalece a elite rural, colocando como interesse do país o papel de garantidor dos interesses da minoria de proprietários de latifúndios que produzem para a exportação.

Dessa forma, os textos trazem o entendimento de que, diferente da agricultura camponesa, que tem uma relação com a terra não vinculada somente para a obtenção de lucro, o agronegócio vai buscar produzir sempre mais lucros e buscar estratégias para se ampliar, independentemente dos resultados negativos que ele vai causar.

Uma das inovações da forma de cultivo que a modernização trouxe foi o uso de agrotóxico, que, de acordo com o texto Sousa (2022 - XVII ENPESS), tem repercussão negativa nas condições de vida e trabalho dos agricultores, pois muitas vezes acaba prejudicando a saúde física deles, pois, ao trabalhar com pesticidas, muitos dos trabalhadores têm a saúde comprometida.

Além de prejudicar a saúde dos trabalhadores do campo, a utilização excessiva de agrotóxicos, como citam os textos de Sant'Ana et al. (2016 - XV CBAS) e Sant'Ana (2016 - XVI ENPESS), causa desequilíbrio para o meio ambiente, o que rompe uma regra básica da agricultura, ao não se preocupar com o equilíbrio da natureza e da biodiversidade.

Tal ação vai trazer rebatimentos que colocam em risco a existência planetária, mas que acabam sendo naturalizados porque vão atender aos interesses capitalistas, os quais não estão preocupados com esses rebatimentos, pois não são eles que estão vivenciando as consequências do uso disso, mas sim a classe trabalhadora e os habitantes que vivem próximos aos locais de cultivos que fazem uso dessas substâncias químicas. Essa problemática ficou evidente na fala de um dos entrevistados, respondendo sobre agrotóxico no estudo de Sousa (2022 - XVII ENPESS), ao explicar que

Eles plantam e depois colocam o veneno, pra matar o mato, quando a soja amadurece, aí eles colocam novamente o agrotóxico pra poder secar pra fazer a colheita. Isso tudo acarreta no nosso meio ambiente, e na vida dos trabalhadores e da comunidade. A gente vê que hoje na minha região da Lagoa Amarela, é tudo cercado de campo, e as crianças ficam doentes, com coceira no corpo, falta de ar. Inclusive, levei ontem uma neta minha no hospital. E o adoecimento provém disso. A água não tem mais qualidade, não presta para consumo, pois está poluída. O agronegócio pra nós só traz desvantagem, não temos o que elogiar (Representante 1, 2019)

Dessa forma, podemos identificar que o agronegócio é um modelo de produção agrária, que, por estar vinculado à lógica capitalista, em nenhum momento vai trazer benefícios para a classe trabalhadora; pelo contrário, vai intensificar as incidências das expressões da Questão Social na vida dessa população.

Ainda assim, o Estado corrobora para a disseminação da falsa ideia de que o agronegócio é um setor que vai levar emprego para o trabalhador do campo, deixando toda a realidade concreta ignorada propositadamente.

Nesse contexto, pouco se discute sobre os prejuízos que o agronegócio causa na vida dos trabalhadores, onde, em meio a seu processo de produção no campo, ele vai se valer de inúmeros dispositivos, com o foco em ampliar a produção e reduzir custos, como, por exemplo, a mecanização dos meios de produção para substituir o capital vivo, que é o trabalhador. Logo, os trabalhadores do campo “convivem com a precarização e uma intensificação do trabalho, com as novas formas como as grandes empresas se relacionam com os agricultores na exploração e na extração máxima da mais-valia” (Castel, 2007, p.105).

A partir das reflexões trazidas pelos textos que trabalham o papel do agronegócio como modelo de produção capitalista que precariza a vida do trabalhador do campo, é possível concluir que o agronegócio é responsável por desencadear e aprofundar as chamadas questões agrárias.

Nos trabalhos selecionados, as questões agrárias são definidas pelo texto Trevisol e Engelbrecht (2024 - XVIII ENPES) como um conjunto de questões presentes no campo, que se caracterizou a partir da forma de organização dos bens agrícolas e posse da terra, que trazem rebatimentos para a população rural. Tais rebatimentos têm como raiz do problema a organização da estrutura agrária, que se traduz em problemas de natureza social, econômica, política e ambiental, que se enraizaram no campo e vêm perpetuando com o amparo do Estado.

3.5 O ACESSO DA POPULAÇÃO RURAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As discussões realizadas nos trabalhos de Nascimento e Carmo (2016 - XV CBAS), Sant'Ana et al. (2016 - XV CBAS), Lusa (2016 - XV CBAS), Soares (2016 - XV CBAS), Neto (2019 - XVI CBAS), Santos e Souza (2019 - XVI CBAS), Moreira (2022 - XVII CBAS), Sousa (2022 - XVII ENPESS), Ximenes (2022 - XVII ENPES) e Lima (2022 - XVII ENPESS) a respeito das políticas públicas destinadas à população do campo, apontam que o Estado é uma ferramenta utilizada pelo sistema capitalista que corrobora com as precarizações vivenciadas pelo trabalhador do campo, tanto ao não buscar caminhos para garantir as políticas que deveriam ter um acesso universal, como é o exemplo da saúde e educação, quanto para aquelas que são destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Dessa forma, esses textos irão

dissertar sobre a falta de acesso às políticas sociais e às políticas destinadas diretamente ao camponês.

De acordo com Nascimento e Carmo (2016 - XV CBAS), a população do campo sofre um desprezo político-ideológico ao ser rotulada como símbolo de atraso e de ignorância, estigmas que só incidem sobre o camponês, pois os ruralistas sempre tiveram o seu lugar de privilégio na sociedade, um exemplo disso na história foi a época marcada pelo coronelismo.

A forma como são pensadas as políticas públicas para a população rural demonstra que a agricultura familiar foi historicamente desvalorizada em muitos aspectos. Com base nessa compreensão, Kraemer (2006, p. 15) afirma que é necessário “entender o lugar que a ruralidade vem ocupando no modelo de desenvolvimento brasileiro ao longo da trajetória das políticas públicas”. A ruralidade aqui está ligada com o trabalho feito pelos camponeses, que por muito tempo foi totalmente desconsiderado na hora de pensar políticas públicas.

O estudo de Becher e Cordeiro (2022 - XVII ENPESS) aponta que existe uma disparidade na forma como o governo destina os recursos para o investimento no campo, onde para a agricultura patronal são fomentadas políticas agrárias, já para a agricultura familiar são políticas de cunho social.

Essa análise evidencia que existem desigualdades nas formulações das políticas públicas e, por conta da forma que elas são pensadas, causam uma hierarquização no campo, o qual só é visto a partir da produção da agricultura patronal como um setor produtivo, e a agricultura familiar como um setor de subsistência.

Em relação à forma que as políticas sociais são destinadas aos agricultores, o texto de Lima (2022 - XVII ENPESS) afirma que os programas sociais causam uma instabilidade de direito, pois são ofertados a partir de uma lógica assistencialista, onde esses programas acabam não tendo um bom resultado no trato das expressões da Questão Social, pois vão atuar de forma focalizada ou pontual.

Nesse sentido, fica aparente que as formas como as políticas públicas são destinadas à população do campo não buscam fortalecer sua autonomia, o que deixa evidente o papel que o Estado tem como ferramenta do capitalismo para promover os avanços da agricultura patronal.

O texto de Becher e Cordeiro (2022 - XVII ENPESS) afirma que essa problemática se consolidou nos anos 90, onde ocorreu um conjunto de contrarreformas que criou um novo padrão de políticas na ideia de segurança e distributivismo social, o que foi responsável por transformar as políticas agrárias e políticas sociais.

Nesse contexto, o texto exemplifica citando duas dessas políticas que foram criadas especificamente para o agricultor familiar, que são o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), ligados diretamente à Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

O texto de Sant'Ana et al. (2016 - XV CBAS) cita que a agricultura familiar se materializa em política pública, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, fruto das lutas dos trabalhadores no campo e dos movimentos sociais, com o objetivo de desenvolver a agricultura familiar. Aumentou sua área de cobertura e criou novas linhas de crédito. O trabalho ainda cita outras políticas que foram criadas a partir do processo de redemocratização da Constituição Federal de 1988:

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e os Planos Safra da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Reforma Agrária (assentamentos, regularização fundiária e crédito fundiário), os Programas Territórios de Cidadania e Territórios Rurais de Identidade, o Programa Luz para Todos (de eletrificação rural) e a Política de Habitação Rural. (Sant'Ana, et al, 2016 - XV CBAS)

Em relação a esses avanços na criação de políticas para a agricultura familiar, o texto de Becher; Cordeiro (2022 - XVII ENPESS) aborda três gerações dessas políticas, onde a primeira geração, que tem como marco a formulação do PRONAF, deveria ser complementada com um referencial agrário com políticas de assentamento e reforma agrária; a segunda geração está voltada para as questões sociais e assistenciais, e a terceira geração tem como foco a criação de mercados para a segurança alimentar. É fundamental entender que a formulação dessas políticas, até o momento, não foi suficiente para resolver os problemas estruturais presentes no campo, os quais dificultam a produção da maioria dos produtores familiares.

Dessa forma, podemos perceber que, para garantir a efetivação das políticas públicas, existe a necessidade de pensar como se dá o acesso da população rural a essas políticas, por parte dos órgãos responsáveis por fomentá-las e assegurar sua execução de maneira equitativa entre os diferentes territórios.

Então, é preciso refletir como é o percurso das políticas públicas que têm como público-alvo a população do campo, tanto as que são particularidades dos trabalhadores do campo quanto as que são universais e que irão influenciar a vida desses trabalhadores. Nesse contexto, em relação às políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, Becher

e Cordeiro (2022 - XVII ENPESS) apontam que a falta de políticas que resolvam as questões estruturais da produção e dos segmentos sociais faz com que a população rural necessite se inserir no rol de políticas compensatórias.

Consoante Neto (2019 - XVI CBAS), as políticas públicas só podem ser acessadas a partir do conhecimento do público-alvo e de sua democratização, pois a falta de disseminação de informações dessas políticas acaba perpetuando a estrutura excludente. Nesse contexto, Souza et al. (2022 - XVII ENPES) apontam que existe um desconhecimento da documentação para obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), focando no jovem agricultor familiar, os quais poucos se enquadram nos critérios para obter esse documento, o que impossibilita o acesso a políticas públicas como o PRONAF.

Como foi mencionado pelas autoras Becher e Cordeiro (2023), a consolidação da Constituição de 1988 foi um marco na ampliação dos direitos sociais, por esse motivo, ela ficou conhecida como a Constituição Cidadã, onde ocorreu uma descentralização de políticas sociais. Uma das ações voltadas para a garantia desses direitos foi a criação da Política de Seguridade Social, composta por um tripé formado pela Previdência Social, Saúde e Assistência Social.

De acordo com Kraemer (2013), o modelo de seguridade brasileiro representa um avanço no campo da cidadania, pois ele tem o propósito de assegurar direitos sociais tanto para a população do campo quanto para a população urbana. A partir da inserção da população na seguridade social, proporcionou avanços que, de acordo com Kraemer (2013, p.101), sintetizam uma das principais pautas de luta dos trabalhadores rurais, alterando a lógica que privilegiava os trabalhadores urbanos no acesso aos benefícios contributivos.

O camponês, enquanto trabalhador do campo, passou a exercer um lugar de segurado especial, o qual vai provar seu vínculo com a agricultura de forma diferente ao trabalhador urbano. Para alguns, o fato do agricultor rural ser segurado especial significa que ele não contribui para a Previdência Social, mas isso não é verdade, porque ele contribui, porém de maneira diferente, por conta de muitos dos trabalhadores não terem até mesmo um vínculo empregatício, como é o exemplo do agricultor familiar.

Em relação à Seguridade Social, o autor Neto (2019) faz apontamentos importantes sobre o acesso da população rural às políticas públicas, citando que ainda existem inúmeras barreiras para acessá-las, onde ele vai dar como exemplo a falta de informação acerca dos direitos sociais e a falta de condições de se deslocar até a cidade.

Logo, fica evidente que atualmente ainda se perpetuam expressivos obstáculos que podem inviabilizar o acesso aos direitos dos moradores das zonas rurais, o que demonstra

disparidades existentes que são decorrentes de fatores geográficos e socioeconômicos, que ocasionam limitações que cabem ao Estado identificar e buscar mecanismos para superá-las.

Outro fator que interfere na consolidação da maioria das políticas está relacionado com a mudança de governantes do país, que foi o que aconteceu nos últimos anos no Brasil, onde, como cita o texto Becher e Cordeiro (2022 - XVII ENPESS), a partir de 2016 se inicia um processo de desmonte e desarticulação das políticas sociais, que resultou na dissolução de ministérios no ano de 2019, demonstrando o retrocesso dos direitos sociais conquistados.

Essa realidade ficou exposta ao analisarmos quatro governos, que começaram com a eleição do presidente Lula em 2002, que teve como discurso a promessa de eliminar as mazelas conservadoras, clientelistas e oligárquicas, heranças históricas do sistema econômico, social e político brasileiro, sendo reeleito para um segundo mandato até 2010 e passando, em 2011, a presidência Dilma Rousseff, que foi reeleita, mas teve o segundo mandato interrompido por um processo de impeachment, o que colocou Michel Temer em 2016 no poder, marco do início do retrocesso. o qual o presidente Bolsonaro deu continuidade quando eleito em 2019.

Logo, nos últimos anos, junto aos governos Michel Temer e Bolsonaro, o país passou por um processo de retrocesso, por conta de esses representantes serem totalmente a favor do neoliberalismo, os quais buscaram apoiar ainda mais a elite brasileira. Sendo o Brasil um grande exportador de commodities pelo agronegócio, o qual, como já foi discutido, está aliado ao modelo capitalista.

De acordo com os textos Nascimento e Carmo (2016 - XV CBAS) e Becher e Cordeiro (2022 - XVII ENPESS), a construção de políticas públicas destinadas à agricultura familiar é fundamental para a construção de um meio rural com equidade de renda. Os avanços que temos são fruto da pressão feita pelos movimentos sociais e entidades vinculadas, como, por exemplo, o Movimento Sem Terra, que colaboraram para que houvesse políticas governamentais que deram espaço para a agricultura familiar, por mais que ainda seguissem uma lógica neoliberal.

Dentro desse contexto, a autora Nunes (2018) descreve a relevância das lutas camponesas e de movimentos sociais que ocorrem dentro de um período onde não se tinha um Estado democrático. Tais conquistas modificam positivamente as condições dos agricultores e, a partir das resistências contínuas às tentativas de invisibilizar o trabalho do agricultor familiar, foi possível conquistar políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. Porém, foi possível identificar, a partir das análises, que a forma como são executadas essas políticas ainda é rodeada de muitas questões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo trouxe luz para as manifestações da Questão Social na população do campo discutidas nos anais do CBAS e do ENPESS nas últimas três edições de ambos, com o apoio de um referencial teórico que se torna base concreta para validar as discussões, de modo que foi possível realizar a leitura da realidade da população rural, a partir da estrutura excludente que desencadeou os processos de empobrecimento no meio rural.

Dessa maneira, foi possível perceber a realidade a partir de condições concretas, se afastando da aparência dos fatos, de forma a analisar as determinações históricas que constituem a realidade atual. Nesse sentido, as discussões apresentadas são de grande importância para o serviço social, pois, a partir da apreensão dessa realidade no contexto rural, o assistente social pode direcionar sua intervenção de forma a contribuir com a emancipação do indivíduo, ao invés de reproduzir a exclusão social que esse grupo enfrenta.

Portanto, a partir do estudo, foi possível analisar as expressões da Questão Social presente no campo a partir de cinco eixos que vão discorrer tanto sobre o início da dominação capitalista no campo até como ela se manifesta atualmente.

As discussões que foram inseridas no eixo Concentração fundiária: posse e uso da terra e suas refrações na Questão Social demonstram que a acumulação fundiária, que ocorreu de forma a beneficiar a elite que hoje se perpetua no campo, foi o início do domínio capitalista nos campos. Ao passo em que se é tirado o direito à terra dos camponeses e tirado o direito de produzir os meios para a sua própria existência.

Logo, essa dinâmica excludente desencadeou e aprofundou inúmeras desigualdades no campo, o que fez com que muitos camponeses se vissem obrigados a migrar para os centros urbanos em busca de melhorias. Quando o trabalhador migra para a cidade, ele vai enfrentar outros desafios, dessa forma ele não vai deixar de sofrer com as mazelas causadas pelo capitalismo, ele vai somente mudar as formas como é atingido por ele. Assim, podemos pontuar que os textos tiveram êxito em relação a discutir a raiz dos problemas que formou a Questão Social no campo.

No eixo condições de vida e trabalho do trabalhador do campo, vemos dentro desse debate o trabalhador inserido na agricultura familiar que tem um acesso à terra mesmo que em pequena escala, de forma que possibilita a produção para sua subsistência e o que resta destina ao mercado, e o trabalhador que vende sua força de trabalho, onde ambos vão vivenciar a Questão Social, mas em algumas situações de forma diferente.

Ficou evidenciado que, por mais que produtor da agricultura familiar tenha acesso a seus meios de produção, ele não vai deixar de ficar subordinado ao sistema capitalista. Porém, por vários motivos, os dois presentes nos trabalhos estão ligados à necessidade que esses produtores sentem de melhorar os seus meios de produção, o que os leva muitas vezes a pegar empréstimos em bancos; isso resultará em uma dívida que vai custar quase todos os frutos do trabalho, dessa forma, ele vai trabalhar para pagar os juros, o qual vai estar relacionado ao capital rentista.

Já o trabalhador que vende sua força de trabalho para a agricultura patronal vai vivenciar a Questão Social em outras facetas, como, por exemplo, os trabalhos informais e a sazonalidade de trabalhos, que causam uma instabilidade financeira maior, além de inseguranças no trabalho, longas jornadas de trabalho, falta de leis trabalhistas e muitas outras situações que expressam a precarização.

De toda forma, tanto o agricultor que trabalha em suas propriedades quanto aqueles que vendem sua força de trabalho vão sofrer com as estruturas excludentes fruto do sistema capitalista, que estão relacionadas ao território em que residem, o qual dificulta o acesso a serviços públicos, além de expressões da Questão Social que causam o empobrecimento da classe trabalhadora e restringem o acesso a bens e serviços.

No eixo Mulher camponesa: desigualdades, invisibilidade e subalternização, demonstrou-se que existe uma ausência no debate das condições de vida e trabalho das trabalhadoras do campo, o qual evidencia que as agricultoras, além dos processos de subalternização, ficam também invisibilizadas, até mesmo nas discussões relacionadas ao trabalho no campo.

Por mais que as discussões feitas nos eixos anteriores contemplem o público feminino, é importante destacar que, enquanto mulheres, as quais estão inseridas em uma sociedade que, além de ser capitalista, é também patriarcal, dessa forma, essas mulheres vão sofrer com as longas jornadas de trabalho na agricultura juntamente com a realização do trabalho doméstico e o dever de cuidar da família. Isso sinaliza para a necessidade de se ampliar esse debate, de forma a discutir as questões de gênero no rural brasileiro.

No eixo Agronegócio: modelo de produção e o aprofundamento das expressões da Questão Social, explicou-se como o processo de modernização no campo, o qual se configurou no agronegócio, ampliou as desigualdades no meio rural. O agronegócio é o meio de produção agrícola que está totalmente ligado ao capitalismo e, como ficou esclarecido nos trabalhos, tem fortemente o apoio do Estado para produzir principalmente as commodities.

A exportação vai tornar a vida dos camponeses mais precarizada. Ao tratar dos trabalhadores que estão inseridos nesse meio de produção, ficou constatado que iriam enfrentar inúmeros processos de precarização causados pelo processo de modernização que visa sempre a produção em larga escala. As formas que o agronegócio encontrou para ampliar as produções sem acabar prejudicando a classe trabalhadora do campo, como foi o exemplo da Revolução Verde, que trouxe o uso de substâncias químicas para proteger a população, mas que acaba prejudicando a saúde dos trabalhadores do campo e da natureza.

Com a modernização, veio a utilização de máquinas que substituíram a necessidade da mão de obra dos camponeses, o que causou o desemprego no campo. Dessa forma, ficou esclarecido que o agronegócio, por mais que seja apoiado pelo Estado por contribuir com o PIB brasileiro, não vai gerar emprego e contribuir para melhorar as condições de trabalho da classe trabalhadora; pelo contrário, vai gerar mais precarização.

No eixo o acesso da população rural às políticas públicas, trouxe-se a discussão de como as políticas públicas se materializam no meio rural. Ao tratar das políticas públicas que têm o intuito de fortalecer a agricultura familiar, percebe-se uma grande carência de mecanismos que busquem ampliar seu acesso para todos os grupos de agricultores familiares, pois se criou uma barreira causada pela burocratização.

Além disso, ficou nítido que o Estado, no que se trata de investimento para o meio rural, vai direcionar mais investimento para a agricultura patronal, ou seja, para o agronegócio. Essa questão demonstra o quanto o camponês e sua contribuição no país são invisibilizados, porque, como foi trazido nos textos, é a agricultura familiar que produz as comidas que alimentam os brasileiros, ficando nítido que os governos brasileiros vêm se preocupando mais em suprir as demandas da burguesia rural do que as necessidades da classe trabalhadora.

As discussões sobre a realidade da população rural foram cruciais para compreender os fenômenos que priorizam a vida da população rural em sua essência a partir da historicidade que constitui a totalidade que molda as relações sociais.

É importante levar em consideração que essa realidade real se movimenta e se modifica, e vão sempre emergindo novas formas de desigualdades e se agudizando as já existentes. Cabe, dessa forma, ao pesquisador sempre visibilizar essas desigualdades para possibilitar a visualização da realidade, de forma a reproduzir o real a nível de conhecimento.

No entanto, por mais que os estudos selecionados sejam de extrema relevância para visibilizar as expressões da Questão Social que emergem no campo, é possível apontar que eles não dão conta de apresentar as expressões vivenciadas pela população rural a partir das

interseccionalidades, que são fundamentais para entender a realidade com uma visão de totalidade, para que seja discutida dialeticamente.

As discussões relacionadas às questões de gênero no meio rural se apresentaram de forma escassa e não foram capazes de problematizar as particularidades que as mulheres agricultoras vivenciam enquanto trabalhadoras do campo. Outras interseccionalidades ficaram fora dos trabalhos identificados, como é o exemplo das discussões raciais.

Deixar de fora a discussão racial invisibiliza um dos fatores centrais e fundantes das desigualdades no campo, o que impossibilita ver quem foi essa população excluída de terras. Pois a concentração fundiária que se consolidou a partir das legislações que impediram as pessoas escravizadas que foram libertas de possuírem seus meios de produção foi pensada para empobrecer essas pessoas, de forma a deixá-las subalternizadas para continuar sendo exploradas, porém, em outras dimensões, com novas formas de submissão.

Dessa forma, é possível afirmar que se faz necessária a ampliação dos estudos interseccionais como condições que agudizam as expressões da Questão Social que se manifestam na vida da população do campo.

O Serviço Social, enquanto profissão que tem como um dos seus princípios fundamentais o compromisso de contribuir para a construção de uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, deve se comprometer a conhecer de forma mais profunda as expressões de desigualdades no meio rural.

O serviço social precisa ter um olhar voltado para a população do campo, reconhecendo as determinações sociais que esse público enfrenta, fruto do processo sócio-histórico que construiu os espaços do meio rural. A partir disso, a profissão vai ter uma construção de saberes acadêmicos que irá dar base para uma instrumentalidade capaz de tratar as expressões da Questão Social de forma eficiente, a partir do conhecimento das condições reais da vida da população do campo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ângela Mendes de. Muita terra e pouco dono: análise histórico-estrutural da questão agrária no Brasil. **OSAL – Observatório Social da América Latina**, Buenos Aires, ano 1, n. 2, p. 29-34, set. 2000.
- AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 483-496, set./dez. 2011.
- BEZERRA, Lucas. Trabalho na agricultura e política salarial: o caso do Complexo Agroindustrial Canavieiro da Paraíba. **Qualitas**, [S. l.], v. 22, n. 2, maio/ago. 2021.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 204-227, maio/ago. 2004
- CAMPAGNOLLA, Clayton; MACÊDO, Manoel Moacir Costa. Revolução Verde: passado e desafios atuais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. e 26952, 2022. DOI: o90pp10.35977/0104-1096.cct 2022.v39.26952.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S. l.], n. 11, p. 53-75, out. 1998.
- CORDEIRO, Rosineide de L. Meira. Vida de agricultoras e histórias de documentos no Sertão Central de Pernambuco. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 453-460, maio/ago. 2007.
- CORRÊA, V.; CARVALHO, J. G. Campesinato e neoextrativismo em São Paulo: dinâmicas e conflitos da atividade sucroenergética na região de Ribeirão Preto. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, [S. l.], v. 26, e202418pt, 2024.
- CASTEL, Vanderléia de L. **O silêncio dos silenciados: a desproteção social dos trabalhadores rurais**. 2007. 228 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- CHIMINI, Letícia. **Produção e reprodução do capital nas economias dependentes e as implicações na questão agrária: o acirramento das desigualdades e os processos de resistência do campesinato brasileiro**. 2021. P.101, 182. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2021.
- CORDEIRO, Rosineide. Vida de agricultoras e histórias de documentos no Sertão Central de Pernambuco. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 453-460, 2007.
- CORRÊA, V. M.; CARVALHO, J. G. de. Campesinato e neoextrativismo em São Paulo: dinâmicas e conflitos da atividade sucroenergética na região de Ribeirão Preto. **Revista**

Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 26, n. 1, 2024. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202418pt.

DUARTE, Kamilla Alves. Serviço Social e questão agrária: apontamentos acerca da questão social no campo brasileiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 2015, n. 30, p. 307-333, jul./dez. 2015.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009. p. 1-19.

GONÇALVES, Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. **Almanack**, Guarulhos, n. 17, p. 307-361, dez. 2017.

HARTWIG, Marisa. Migração campo cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL E FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA REGIÃO SUL DO RS**, 1., 2012, Pelotas.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010. p. 132.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: Tabela 9603: População residente - Situação do domicílio, Tipo de localidade, Sexo e Idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

KRAEMER, Luciane. **A assistência social e a população rural na região da produção do RS**: a (in)visibilidade como condicionante da garantia de acesso. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

KRAEMER, Luciane. **Territorialidade e proteção social**: um estudo acerca dos avanços e desafios na implantação do SUAS no meio rural. 2013. 207 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LIMA, Luciele Carla de. **Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje**: a encruzilhada histórica do Serviço Social brasileiro na apreensão da Questão social em um território de origem colonial. 2025. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2025.

MARTINS, Paulo Roberto. **A dinâmica sócio-histórica brasileira sob o galope contido da política de assistência social no meio rural**. 2017.138f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

MENEGAT, Robriane Prosdocimi; FONTANA, Rosane Teresinha. Condições de trabalho do trabalhador rural e sua interface com o risco de adoecimento. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 118-125, jan./mar. 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

MOTA, Ana Elizabete; YAZBEK, Maria Carmelita; GUERRA, Yolanda (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 271–284.

NASCIMENTO, Taiane Almeida do. **A reforma agrária popular na pesquisa e produção do conhecimento do Serviço Social**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NUNES, Cintia Florence. **Sementes Lançadas em Terras Distantes: O Direito à Assistência Social para a População Rural**. 2018, 184 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar de. Assistência social, questão rural e serviço social: indicações sobre o debate. In: **ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 4.; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 11.**, 2016, Vitória, ES. Anais do 4º Encontro Internacional de Política Social e 11º Encontro Nacional de Política Social. [S.l.: s.n.], 2016. p. 1-15.

OXFAM BRASIL. **Relatório de Atividades 2024**. [S.l.]: Oxfam Brasil, 2024. 22 p. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2025/08/relatorio_de_atividades_2024_vs001.pdf. Acesso em: 03 nov. 2025.

PASINATO, Luiz Antônio. **CRAS Rural: lugar de efetivação da Política de Assistência Social: Estudo sobre o acesso à Política de Assistência Social por Famílias Assentadas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANT'ANA, Raquel Santos. A questão agrária como particularidade da questão social: subsídios para a formação profissional em Serviço Social. In: BEZERRA, C. S. (Org.). **Serviço Social e questão agrária: debates e experiências**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 165-188.

SANT'ANA, Raquel Santos; MASSON, Gabriela Abrahão. Serviço Social e questão agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político-profissional. **Serviço Social & Sociedade**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 195-216, out. 2018.

SANT'ANA, Raquel Santos. Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 729-746, out./dez. 2014.

SANTOS, Amanda Farias dos; LUSA, Mailiz Garibotti. Política agrária: extensão rural e serviço social, a equação possível. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 243-273, jul./dez. 2014

SANTOS, Larissa Thayse da Rocha. **Formas de controle capitalista**: fundamentos e expressões contemporâneas da exploração do trabalho. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Maceió, 2013.

SILVA, Alessandra de Oliveira. **Agroecologia no Brasil**: uma alternativa contra o modelo hegemônico na agricultura. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 148, n. 2, e-6628445, 2025.

SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 222-231, maio-ago. 2022.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre o "rural" brasileiro. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 23, n. 1/2, p. 82-98, jan./dez. 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009

APÊNDICE A - Levantamento dos trabalhos selecionados nos anais do CBAS e ENPESS

CBAS 2016 edição XV - Tema: “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”				
	título	Objetivo	Autor	Descri- tor
1	A agricultura familiar no Brasil e as interfaces com a pobreza no meio rural sob a atual ciranda do capital financeiro	estudar as determinações do capital financeiro e rentista na formação das políticas de combate à pobreza para a agricultura familiar. Espera-se demonstrar que ao invés de combater a pobreza rural as políticas direcionadas à agricultura familiar agravam o seu grau de miserabilidade, mediante o aumento do endividamento ao responsabilizar os agricultores pelo o ônus decorrente do acesso à terra.	Iris Karine Dos Santos Silva 1 Edivanda Maria Rodrigues Da Silva 2 Rita Regina Domingos Da Cruz Rodrigues 3 Kamilla Alves Duarte 4	Agricu- ltor
2	Serviço Social e refrações da questão social: apontamentos sobre o rural e o urbano	Nesse artigo são realizados apontamentos sobre as particularidades do rural e do urbano na configuração do que tem sido denominado de questão social.	Raquel Santos Sant'Ana 1 Edvânia Ângela de Souza Lourenço 2 Onilda Alves do Carmo 3 José Fernando Siqueira da Silva 4 Marcelo Galo 5 Patrícia Soraya Mustafa 6	Rural
3	Um estudo sobre a agricultura familiar no Brasil e a atuação do assistente social no meio rural.	Este trabalho tem como objetivo discutir a agricultura familiar no Brasil observando de que forma ela se dá, através de parâmetros que norteiam sua importância para a economia do país e a luta da população rural que tem 84% de área rural.	Adriano Conceição Do Nascimento 1 Regiane Kelly Holanda Do Carmo 2	Rural
4	Rural e Ruralidades: discussão a partir da perspectiva crítica marxista	Visa contribuir para o reconhecimento de traços característicos, históricos e cotidianos, que possibilitem pensar o campo enquanto um espaço sócio ocupacional do assistente social.	Mailiz Garibotti Lusa	Rural
5	Rede de proteção social na valorização do meio rural: sabores, cores e expressões da territorialidade	Valorizar o meio rural através da viabilidade econômica e social, caracterizando as novas percepções no desenvolvimento rural através da Agroecologia, bem como o poder social gerado pelas redes de proteção social. Os resultados encontrados na pesquisa indicam o fortalecimento da identidade e a reprodução social da cultura rural mesmo em localidade de grande expressão urbana.	Suziane Hermes de Mendonça Soares	Rural
6	O Rural e o serviço social: demandas para o exercício profissional no Rio Grande do Sul	A proposta deste artigo é resgatar alguns elementos que permitem identificar o espaço rural, especialmente no Rio Grande do Sul, levantando nos estudos e debates das políticas sociais e serviço social indicativos sobre as demandas sociais dos sujeitos do campo e como elas resultam em requisições profissionais.	Bruna Michele Engel 1 Mailiz Garibotti Lusa 2	Rural

7	Juventude rural e o uso das drogas: uma análise das políticas públicas no Brasil.	apresenta uma reflexão teórica acerca do crescente uso de drogas entre os jovens que vivem em Assentamentos rurais, ressaltando a importância da construção de políticas públicas para estes sujeitos considerando suas especificidades regionais, culturais, ambientais e socioeconômicas.	Jeane Alves Dos Santos Cançado 1 Itamar Sousa de Lima Junior2 Alana Anselmo Carneiro 3 Any Carolyne de Jesus Rocha Santos 4	Rural
CBAS 2019- Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social				
8	Conhecer para acessar as políticas da seguridade social no trabalho em rede: um relato de experiência no campo da política de reforma agrária	trabalho pretende sistematizar o projeto de intervenção em Serviço Social realizado no INCRA/SE. A referida proposta visa fortalecer o acesso dos usuários da política de reforma agrária às políticas da seguridade social através da articulação e do trabalho em Rede. Verificamos a necessidade de intervenções que potencializam o acesso às políticas sociais da população rural em seu território	Francisco Vieira do Nascimento Neto1	Rural
9	A degradação do trabalho na agricultura: um enfoque para a cafeicultura no município de São Tomás de Aquino/MG	Este texto discute alguns aspectos do perfil do/a trabalhador/a rural na agricultura cafeeira no município mineiro de São Tomás de Aquino (MG). O estudo está subsidiado na pesquisa bibliográfica e na coleta de dados empíricos, a qual se deu por meio da realização de entrevistas semi estruturadas com onze trabalhador/a(s) das lavouras de café e com duas Assistentes Sociais, da referida cidade.	Élica Batista dos Santos1 Edvânia Ângela de Souza2	Rural
CBAS 2022- “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão No Serviço Social, no Brasil e na América Latina”				
10	Atuação do assistente social na política de habitação rural	O presente artigo trata-se do direito à moradia rural, conhecendo a atuação do assistente social na política de habitação rural como condição para inserção desta camada social no atendimento de seus direitos.	Ibeane Campos Moreira 1	Rural
11	Rural de Alagoas – Brasil: um pertencimento à mesma “unidade de contrários” latino-americana	refletir as particularidades do rural de Alagoas –Brasil, o qual está inserido na mesma “unidade de contrários” da América Latina,a partir das políticas e programas sociais disponíveis para este território.	Jaqueline Da Silva Lima 1	Rural
12	As mulheres e a agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro	analisar as diferenças econômicas e de acesso a mercado entre famílias produtoras que possuíam mulheres como pessoa de referência.	Sidimara Cristina De Souza 1 André Augusto Pereira Brandão 2 Hevenly Dos Anjos Mendes Ventura 1	Agricultor
Enpess 2018 edição XVI- Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social. Sub-eixo: Ética e ética profissional: fundamentos ontológicos e objetivações cotidianas.				

1 3	Trabalho assalariado no campo e novas formas de exploração da força de trabalhos	analisar o trabalho assalariado no campo e as estratégias de dominação da força de trabalho de camponeses expropriados da terra. As relações de trabalho no campo, expressas, no assalariamento rural e na exploração intensiva da força de trabalho pelas grandes propriedades de monocultura e do agronegócio, são processos que têm raiz na formação social brasileira.	Ilena Felipe Barros 1	Rural
1 4	Questão Social e a particularidade do rural: um diálogo a partir da formação profissional em Serviço Social	procura evidenciar como a questão agrária é uma particularidade da questão social e a importância desse debate na formação profissional do serviço social.	Raquel de Santos Sant'Ana	Rural
1 5	Política sociais e conflitos rurais: limites e perspectivas do reassentamento involuntário das famílias rurais do território estratégico de Suape/PE	analisar a atuação do Estado na política de reassentamento involuntário rural das famílias que vivem no território estratégico do Complexo Industrial Portuário de SUAPE-CIPS/PE.	Thaís Santos da Silva1 Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos 2	Rural
Enpens 2022 edição XVII - Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social Sub-eixo: Ênfase na Questão Agrária				
1 6	Jovens Agricultores(a) familiares do estado do Rio de Janeiro	Este estudo tem como objetivo analisar a categoria juventude com o intuito de analisar o perfil dos jovens agricultores do Estado do Rio de Janeiro.	Sidimara Cristina de Souza 1 André Augusto Pereira Brandão 2 Heavenly dos Anjos Mendes Ventura Heavenly dos Anjos Mendes Mentura 3	Agricul tor
1 7	O (não) lugar do conceito de ruralidade em saúde e as dificuldade de acesso das populações rurais a essa política:Uma análise a partir da Policlínica Piquet Carneiro	O principal objetivo é traçar elementos para reflexão sobre o conceito de rural e como esta realidade interfere no acesso integral das populações rurais à política de saúde.	Raphaela Pimentel Ximenes 1	Rural
1 8	A saúde do trabalhador rural e a precarização do trabalho: um estudo sobre o município de Chapadinha	analisar os impactos da precarização do trabalho na saúde do trabalhador rural. Contextualizar as relações de trabalho no campo a partir de um resgate histórico; compreendendo o advento da modernização do campo em sua relação com a precarização do trabalho.	Luiza Carvalho Pereira Sousa 1	Rural
1 9	Desvendando as relações entre temas	discutir as relações entre temas agrários e sociais no cenário das políticas sociais no Brasil, realizando uma	caroline becher 1 sandra cordeiro 2	Rural

	agrários sociais no cenário das políticas de proteção social no Brasil	breve contextualização das mudanças ocorridas a partir de 2010 no conjunto das políticas que compõem o sistema de proteção social e suas consequências para sociedade.		
	Enpess 2024 edição XVIII- Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social Sub-eixo: Questão Agrária			
20	Lei de locação de serviço e manual do agricultor: as tentativas de disciplinamento da força de trabalho na sociedade brasileira do século XIX	Este artigo tem como objetivo analisar o processo de transição do trabalho escravizado ao trabalho livre. Aborda momentos que corroboraram para a inserção do imigrante europeu no trabalho agrícola e as tentativas de disciplinamento da força de trabalho dos nacionais e dos escravizados diante do processo final do escravismo.	Ricardo Lara 1 Maria Eduarda Mendes Alves 2 Vitoria Coutinho Oliveira 3	Agricultor
21	Ação de prevenção ao trabalho análogo ao de escravo na zona rural do município de Marabá/PA: um relato de experiência da atuação do projeto “direitos sociais, redes e comunidades”	O presente artigo apresenta o relato de experiência da ação preventiva sobre o trabalho análogo ao de escravo, que ocorreu na zona rural do município de Marabá/PA	Irlana de Fátima Barata Moraes 1 Selli Maria da Rosa e Silva 2 Angélica do Socorro Monteiro de Lima Gonçalves 3 Jeiciany Maria da Silva e Silva 4	Rural
22	O modo de produção capitalista no espaço rural e a questão agrária: alguns apontamentos	trazer elementos que caracterizam o modo de produção capitalista – MPC no campo, em especial no Brasil, o qual se aprofundou a partir da metade do século XX com o advento da Revolução Verde	Vantuir Trevisol 1 Marize Rauber Engelbrecht 2	Rural
23	Os processos de expropriação da população rural no Brasil contemporâneo	apresenta os resultados finais do projeto de pesquisa “O agronegócio e a financeirização de terras no Brasil” com foco no plano de trabalho “Os processos de expropriação da população rural no Brasil contemporâneo” no qual foi estudado o conceito de expropriação em autores clássicos e atuais, mostrando que as expropriações impactam diretamente nas cidades e nos povos indígenas.	Juliane Maria Batista de Araújo 1 Maria Vitória Regina Santos 2 Maria Clara Ferreira de Amorim 3 Elaine Nunes da Silva Fernandes 4	Rural